



PLANO DE
USO PÚBLICO

APA LAGO DO AMAPÁ

2023

SEMA
SECRETARIA DE ESTADO D
O MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO
ACRE
Trabalho para cuidar das pessoas

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre

Mailza Assis da Silva
Vice-governadora do Estado do Acre

Julie Messias e Silva
Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre

Renata Silva e Souza
Secretaria Adjunta de Estado do Meio Ambiente

André Schatz Pellicciotti
Diretor de Meio Ambiente

Mirna Pinheiro Caniso
Departamento de Unidades de Conservação

Iracema Elisabeth de Souza Moll
Gestora da ARIE JAPIIM Pentecoste

Felipe Augusto Zanusso Souza
Consultor responsável pela elaboração do documento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC	6
2.1	Caracterização geral.....	6
2.2.1	Histórico e contexto da UC	7
2.3	Gestão: Instrumento de manejo, conselho e infraestrutura	9
2.4	Desafios e oportunidades para a visitação da UC.....	11
3	OBJETIVOS DO PUP.....	12
4	PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO.....	12
4.2	Visão de futuro da visitação	13
4.3	Inventário dos atrativos e áreas de visitação da UC	14
a)	Tipo de experiência: Natural.....	15
b)	Tipo de experiência: Seminatural.....	22
c)	Tipo de experiência: Ruralizada	25
d)	Oportunidades de visitação	32
5	DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DO USO PÚBLICO	35
5.1	Oportunidades para parcerias e delegação de serviços de apoio à visitação e geração de negócios	36
5.2	Matriz de Planejamento de Ações	37
6	INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE USO PÚBLICO COMPLEMENTARES AO PLANO DE USO PÚBLICO	44
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

1 INTRODUÇÃO

A Lei 9.985/2000, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define a Área de Proteção Ambiental (APA) como uma área extensa com ocupação humana, que possui características ambientais, estéticas ou culturais importantes para a qualidade de vida e bem-estar das populações. Seus principais objetivos são proteger a diversidade biológica, regular a ocupação e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. As APAs podem abranger tanto terras públicas quanto privadas. Para as propriedades privadas localizadas em uma APA, podem ser estabelecidas normas e restrições, desde que respeitados os limites constitucionais. As condições para pesquisa científica e visitação pública em áreas públicas são determinadas pelo órgão responsável pela gestão da unidade. Já nas áreas privadas, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação, seguindo as exigências e restrições legais. Além disso, o SNUC estabelece que a APA deve contar com um Conselho, presidido pelo órgão responsável pela administração, composto por representantes de órgãos públicos, organizações da sociedade civil e residentes, conforme regulamentado por lei.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre (SEMA) é responsável pela gestão das UCs Estaduais. A Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Essa gestão é realizada pela Diretoria de Meio Ambiente (DIMA), em seu Departamento de Unidades de Conservação (DEUC), conforme a Portaria nº 108, de 20 abril de 2023.

Entre as UCs administradas pela SEMA está a Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá, estabelecida em 2005, e inserida no organograma institucional no Núcleo de Gestão da Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá (NUGAP).

O interesse pela prática do ecoturismo tem crescido mais de 20% (enquanto o turismo avança apenas 7,5%) ao ano no Brasil segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT). Cerca de um milhão de viajantes optam pela modalidade no Brasil, gerando um faturamento de US\$ 70 milhões e empregando cerca de 30 mil pessoas, por intermédio de, no mínimo, 5 mil empresas e instituições privadas.

Esse contexto de aumento da atividade de ecoturismo está diretamente associado ao aumento da visitação em áreas protegidas. Em geral, dentre as áreas protegidas, os

Parques Nacionais, Estaduais e Municipais, as Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental (APA), são as mais visitadas por praticantes do ecoturismo.

De acordo com dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)¹, em 2019, as 137 unidades de conservação (UCs) federais receberam 15.335.272 visitas, um aumento de 20,4% em relação a 2018 (12.389.393).

Nesse sentido, o fortalecimento do Uso Público das UCs representa uma possibilidade de ampliar a consciência ambiental sobre a importância da conservação da natureza, ao mesmo tempo que gera renda e movimenta a economia.

Diante da importância de realizar o planejamento do Uso Público da APA Lago do Amapá, a SEMA apresenta esse Plano, elaborado no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, financiado pelo GEF (Global Environment Facility). O Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia é financiado pelo GEF (Global Environment Facility) e está inserido dentro de um programa regional voltado especificamente para a Amazônia, envolvendo Brasil, Colômbia e Peru. O Banco Mundial é a agência implementadora do programa, apresentando como diretriz principal a visão integrada do bioma Amazônico. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria da Amazônia de Serviços Ambientais (SAS/MMA), é a instituição coordenadora do projeto, responsável pela supervisão, articulação institucional e monitoramento da implementação.

O Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia está alinhado aos objetivos estratégicos do GEF de melhorar a sustentabilidade dos sistemas de Áreas Protegidas, reduzir as ameaças à biodiversidade, recuperar áreas degradadas, aumentar o estoque de carbono, desenvolver boas práticas de manejo florestal e fortalecer políticas e planos voltados à conservação e recuperação.

O Plano de Uso Público (PUP) é considerado um documento complementar ao Plano de Manejo da UC, onde são definidas as orientações técnicas ou normas de manejo para a visitação, passando a compor o portfólio do plano de manejo das unidades de conservação.

O Plano de Uso Público pressupõe a perspectiva de um portfólio de produtos de planejamento, especialmente considerando que as demandas de planejamento de uso público são muito variadas dentro das diferentes categorias e realidades das UCs.

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/ucs-federais-registraram-15-milhoes-de-visitas-em-2019>.

Enquanto algumas necessitam de apenas um plano simplificado para estimular e ordenar sua visitação, outras carecem, em função de realidades mais complexas e de grande demanda turística, de estudos para o estabelecimento de concessões de serviços, áreas ou instalações de apoio à visitação, protocolos de gestão de segurança, projetos interpretativos, entre outros.

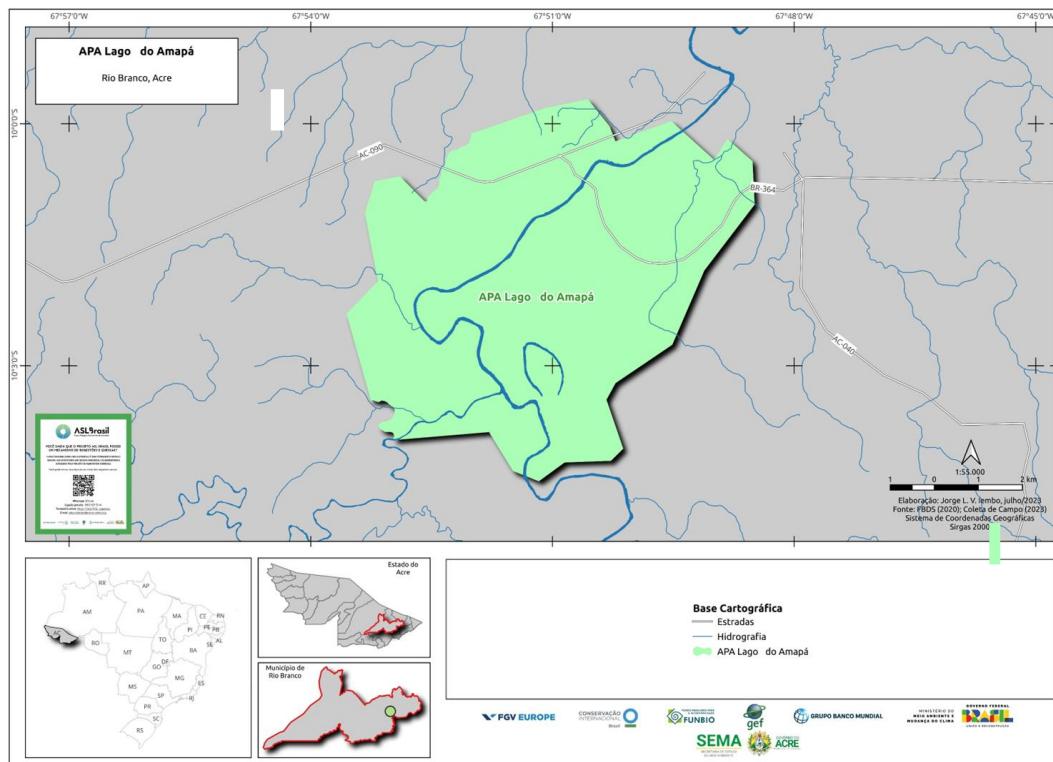
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UC

2.1 Caracterização geral

A Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá, localizada no município de Rio Branco, estado do Acre (Figura 1), possui parte de seus limites inseridos no perímetro urbano da cidade, configurando uma situação peculiar à UC, dada a proximidade e inserção em áreas urbanizadas.

A UC foi criada em 26 de dezembro de 2005, pelo Decreto Estadual nº 13.531, e sua gestão é feita pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA). Possui uma área aproximada de 5.208 hectares, onde habitam (segundo o Plano de Manejo da APA) 713 indivíduos. A imagem a seguir apresenta os limites da APA.

Figura 1: Mapa da APA Lago do Amapá.



Fonte: Plano de Uso Público (2023).

De acordo com o Decreto de criação da APA Lago do Amapá (Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005) (ACRE, 2005), a Unidade tem por objetivos:

- I. Preservar e recuperar os remanescentes da biota local.
- II. Proteger e recuperar o lago do Amapá e demais cursos d'água e seu entorno.
- III. Ordenar a ocupação das áreas de influência do seringal Amapá.
- IV. Fomentar a educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos.
- V. Proteger os atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno.

Entre as missões da UC estão (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE, 2022):

- I. Proteger e conservar o patrimônio natural e os processos ecológicos.
- II. Ordenar o uso dos recursos naturais.
- III. Contribuir para a manutenção dos serviços ambientais na área de influência direta do Lago do Amapá e baixo curso do Riozinho do Rôla.
- IV. Garantir a proteção, conservação e recuperação do Lago do Amapá e região.
- V. Contribuir para a melhoria de vida de seus habitantes e valorizar os aspectos histórico-culturais da região.

2.2.1 Histórico e contexto da UC

O grande motivador para a criação da APA foi a conservação do Lago do Amapá, a proteção da sua diversidade biológica e do seu entorno, bem como a regulação da ocupação das terras do antigo seringal Amapá, região com importância histórica e cultural para o estado do Acre (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE, 2022). Houve grande participação da comunidade, de instituições públicas e entidades ligadas ao meio ambiente, culminando na criação da UC, em 2005, e posterior definição de regramentos com a elaboração da primeira versão

do Plano de Manejo em 2010.

A APA Lago do Amapá é um importante patrimônio protegido nas proximidades do Rio Acre e o Riozinho do Rôla, locais onde se vivencia a história do Acre, e onde vivem pessoas identificadas com a conservação ambiental e o aperfeiçoamento da produção, aliada ao desenvolvimento consciente e responsável.

Entre os atributos da APA, destacam-se: o próprio Lago do Amapá, florestas e sua diversidade de fauna e flora, contribuindo para a ciência, iniciativas comunitárias que representam potencial para o turismo sustentável de base comunitária na região; o aquífero Rio Branco, manancial subterrâneo reconhecido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e que constitui importante fonte de água para a população de Rio Branco; os rios e igarapés que banham as terras e participam da cultura da região, seja para pesca, seja como meio de deslocamento, aliados ao modo de vida da população residente e à história regional através da Revolução Acreana.

Um aspecto importante a ser considerado é que a APA já contou com um projeto intitulado Roteiros APA do Amapá no final dos anos 2000, com circuitos de trilhas para caminhada e bicicleta.

Essa iniciativa representa uma descontinuidade das ações do poder público no local, sendo esse um aspecto importante e que deve ser considerado na implementação do Plano de Uso Público. Nesse sentido, deve-se se atentar e avaliar no Plano para que as propostas de construção e instalação de equipamentos que necessitem de manutenção e orçamento a médio e longo prazo para se manterem, sejam acompanhadas de estratégias para a sua sustentabilidade. Sustentabilidade tanto financeira como de implementação. Por isso, ações que envolvem a comunidade local, como o Turismo de Base Comunitária, e que sejam orientadas pelo estabelecimento de parcerias, envolvimento da iniciativa privada, redes de colaboração, e mesmo a delegação de serviços, podem ser caminhos para reduzir as descontinuidades das políticas públicas.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Acre

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Acre foi lançado pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer (Setul), em abril de 2015 (GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, 2015).

O documento menciona a APA Lago do Amapá como um Atrativo Natural. A análise realizada pelo Plano indicou que a UC está classificada em relação à situação da

oferta turística com uma pontuação média (Nota 2), o que sugere que a área possui uma oferta de “média intensidade de uso, em razoável estado de conservação, necessitando de intervenções de melhorias, média significância do item analisado”. A hierarquização da UC em relação aos demais atrativos do estado do Acre foi indicada como de nível II, ou seja, aquela em que os “atrativos e recursos com grande valor potencial, mas de médio significado real para o mercado turístico, capaz de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes regionais ou nacionais, em conjunto com outros atrativos próximos a este”. Para mais detalhes sobre as relações entre o Plano e o Uso Público da APA, é recomendado acessar a versão na íntegra.

2.3 Gestão: Instrumento de manejo, conselho e infraestrutura

O Plano de Manejo da APA Lago do Amapá – Fase 1 foi elaborado no ano de 2010, com aprovação em 14 de março de 2012, por meio da Portaria SEMA nº 9, de 05 de março de 2012 (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE, 2010), em consonância com a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Nesse contexto, a SEMA estabeleceu, entre suas prioridades, a revisão e atualização do Plano de Manejo da APA Lago do Amapá, no âmbito do Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia.

Assim, foi iniciada uma nova etapa para fortalecer a gestão da Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá, por meio da contratação de serviços de consultoria de pessoa jurídica para a atualização do Plano de Manejo da unidade, documento que norteará as ações de gestão e o uso da UC nos próximos anos (ACRE, 2022).

Declaração do Propósito da APA Lago do Amapá

Os textos a seguir foram extraídos do Plano de Manejo da UC (ACRE, 2022).

A Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá, localizada em Rio Branco, no estado do Acre, sudoeste da Amazônia brasileira, se destaca por apresentar formações geológicas onde está situada grande parte do aquífero Rio Branco, e por ser berço de espécies de aves migratórias e local de ocorrência de novos registros de plantas para o Brasil e de descoberta de uma nova espécie de maracujá para a ciência, a *Passiflora acreana* sp. Nov. A UC possui belezas cênicas naturais como o Riozinho do Rôla, o

Lago do Amapá e as praias do rio Acre, palco dos famosos festivais de música e da Revolução Acreana. A área tem forte vocação para o turismo sustentável, incluindo a gastronomia regional e o ecoturismo, e reúne comunidades locais engajadas na conservação dos recursos e atributos naturais, bem como dos valores históricos, socioeconômicos e culturais da região (ACRE, 2022).

Declarações de Significância da APA Lago do Amapá

Foram definidas quatro Declarações de Significância, as quais estão conectadas ao Propósito e aos objetivos da APA. Em síntese, as declarações definidas descrevem o quanto a APA Lago do Amapá é importante e única, indicando a necessidade de manutenção dos objetivos de criação (ACRE, 2022). O Quadro a seguir detalha as declarações.

Quadro 1: Temas e declarações de significância da APA Lago do Amapá.

Tema	Declaração
Histórico e Cultural	O território da APA Lago do Amapá, antigo seringal Amapá, foi berço da Revolução Acreana, palco de lutas históricas em que o Acre lutou para se tornar território brasileiro, onde pode ser encontrada a lápide de Plácido de Castro, além de cemitérios centenários. Na APA vivem comunidades tradicionais que acompanharam a história de ocupação do antigo seringal, que carregam modos de vida locais e regionais e que se conservaram ao longo do tempo, incluindo ribeirinhos, pescadores e agricultores familiares.
Diversidade biológica (Fauna e Flora)	O conhecimento científico atual sobre a fauna e flora do APA Lago do Amapá direciona a ações pertinentes ao ecossistema e seu equilíbrio, incluindo a manutenção do habitat das espécies migratórias e florísticas, servindo de observatório e pesquisa para a preservação das espécies ameaçadas, vulneráveis e endêmicas, permitindo garantir a conservação da biodiversidade existente e do ecossistema.
Turismo	A visitação pública, através dos atrativos existentes na APA Lago do Amapá, favorece o conhecimento sobre a área para além de seus limites. Também amplia a necessidade da presença e integração de políticas públicas para a UC, e impulsiona o sentimento de valorização da preservação da biodiversidade existente, aliada à geração de trabalho/renda e apoio ao negócio local.
Águas do Amapá	O Lago do Amapá é um paleomeandro abandonado constituinte da bacia hidrográfica do rio Acre. No território da APA, concentram-se várias nascentes, córregos e igarapés que abastecem o maior curso d'água do estado, o rio Acre. Esse conjunto de drenagem está situado em uma zona de recarga do aquífero Rio Branco, possuindo relevante influência na disponibilidade de água para os diversos usos, além de proporcionar a manutenção do equilíbrio e preservação do ecossistema

Fonte: Acre, 2022.

Recursos e Valores Fundamentais (RVFs)

O Plano de Manejo da UC apresenta uma seção dedicada para descrever os

Recursos e Valores Fundamentais da unidade de conservação. Esses conceitos podem ser definidos como eixos temáticos nos quais são planejadas as ações para conservação e manutenção dos seus atributos. Trata-se dos aspectos ambientais (espécies, ecossistemas, processos ecológicos ou geológicos), sociais (bem-estar social), econômicos, culturais, históricos, paisagísticos ou de outros atributos, incluindo os serviços ecossistêmicos, que, em conjunto, são representativos de toda a UC (ICMBio, 2018). Esses aspectos estão relacionados ao ato legal de criação e são essenciais para a UC atingir seu propósito e manter sua significância.

O Plano de Manejo definiu seis Recursos e Valores Fundamentais da APA Lago do Amapá, tendo como base as características descritas no propósito e na significância. São eles: Histórico e cultural, Águas do Amapá, Fauna e flora características, Turismo sustentável, Serviços ecossistêmicos, Gestão ambiental, territorial e produtiva. Esses recursos e valores estão diretamente associados aos potenciais e atrativos para desenvolvimento do Uso Público na UC (ACRE, 2022). Os detalhes e mais informações sobre os recursos e valores da podem ser obtidos no Plano de Manejo da UC.

A UC não possui infraestrutura mantida pelo governo. No passado foram instalados cabos para arborismo próximas à Lápide de Plácido de Castro, porém devido à falta de manutenção foram removidos, pois ofereciam riscos aos visitantes.

O Conselho Consultivo da UC foi criado pela Portaria 43 de 05 e setembro de 2006 e está em processo de reestruturação.

2.4 Desafios e oportunidades para a visitação da UC

Foram identificados diversos desafios e oportunidades que nortearam a elaboração desse Plano, bem como aqueles mencionados no Plano de Manejo da UC. Entre os desafios, pode-se destacar temas associados a segurança no território da APA, a necessidade de desenvolvimento socioeconômico e da infraestrutura turística, dificuldades na gestão e articulação entre atores da UC, déficit recursos humanos para atuar com o tema do Uso Público, necessidade de capacitação dos atores para garantir maior envolvimento da comunidade, presença de atividades conflitantes com os objetivos da UC e necessidade de regulamentação de atividades específicas, degradação dos recursos naturais da APA, e poucas ações de promoção e divulgação.

Em relação às oportunidades do Uso Público da APA, foram identificados os seguintes aspectos: presença de apoio institucional, diversidade de atrativos, interesse e

envolvimento comunitário, lideranças articuladas e capacitadas, presença de boas práticas sustentáveis no território, localização estratégica, existência de oportunidades de capacitação e desenvolvimento da pesquisa.

3 OBJETIVOS DO PUP

São objetivos do Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá:

- Identificar e caracterizar as principais atividades turísticas realizadas no âmbito da APA e como estas se organizam em relação às normas de gestão das UCs;
- Identificar e caracterizar as potencialidades turísticas da UC;
- Criar base dados e registros fotográficos com os principais potenciais turísticos e suas oportunidades de visitação da UC;
- Fortalecer a visitação, em especial do turismo de base comunitária, em conformidade com as diretrizes estabelecidas em seus instrumentos de gestão.

4 PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO

Para a elaboração do Plano de Uso Público (PUP) da APA Lago do Amapá, foram utilizados os seguintes documentos como referências:

- Orientações Metodológicas para a elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais” (ICMBio, 2019).
- Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação –ROVUC. 2^a Edição. Organizadores: Allan Crema e Paulo Eduardo Pereira Faria. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2020.
- Plano de manejo da Unidade de Conservação APA Lago do Amapá (2022).
- Termo de Referência (TdR) Nº 48/2022 - BR-CI-202825-CS-INDV.

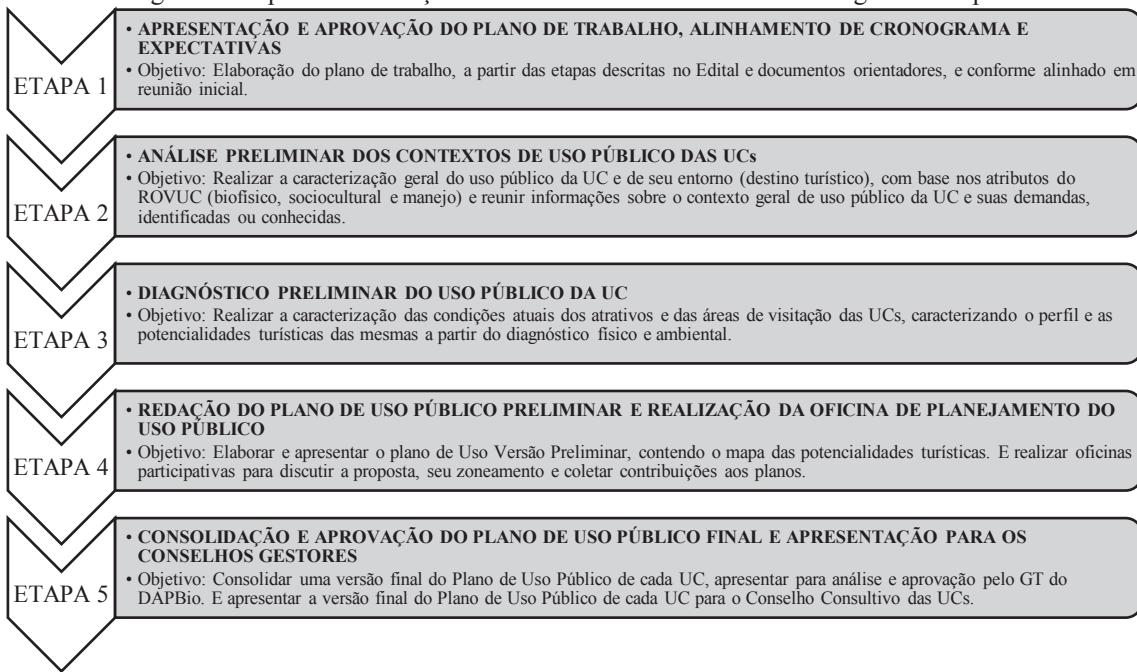
Esses materiais apresentam conceitos e definições importantes para condução da elaboração do PUP, bem como algumas diretrizes e considerações. Essas informações podem ser obtidas nos documentos originais.

A partir desses documentos orientadores, foram estabelecidas Etapas e atividades para execução do serviço, articulando e complementando as diferentes

orientações/recomendações.

A elaboração do Plano foi realizada em cinco etapas, apresentadas de forma resumida na figura a seguir:

Figura 2: Etapas de elaboração do Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá.



Fonte: Plano de Uso Público (2023).

4.2 Visão de futuro da visitação

A visão de futuro para o uso público da APA Lago do Amapá para os próximos 10 anos, construída participativamente, é a sua consolidação como um destino turístico através da oferta de um circuito diversificado de atividades ecoturísticas, que atendam à diversas experiências do visitante, como aventura, vivências histórico-culturais e contato com a comunidade local. Para isso, espera-se avançar na instalação de infraestrutura de apoio, tais como a presença de um centro de interpretação que apoiará o atendimento dos visitantes fornecendo informações sobre o ambiente, a biodiversidade e a cultura local.

A comunidade terá participação ativa e valorizada na gestão do turismo, atuando como operadora de serviços turísticos e beneficiando-se economicamente. A sustentabilidade ambiental, econômica e social será prioritária, com a conservação das nascentes, igarapés e reforço na fiscalização do Lago do Amapá.

A APA será um exemplo de equilíbrio entre o desenvolvimento turístico, a

conservação ambiental e o bem-estar da comunidade, com parcerias público-privadas-comunitárias, respeito às comunidades locais e valorização da história da região.

4.3 Inventário dos atrativos e áreas de visitação da UC

O inventário dos atrativos, atividades e áreas de visitação da APA Lago do Amapá identificou diversos pontos/temas de interesse. Desses, quatro são regularmente realizados/operados na APA, sendo eles: trilha e caiaque no Lago do Amapá, escalada em árvores e observação de aves. Os demais pontos estão em fase de planejamento e possuem potencial para serem desenvolvidos e fortalecidos.

Os atrativos foram classificados conforme as possibilidades de experiências sugeridas pelo Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC). O Quadro a seguir apresenta uma síntese das características das classes sugeridas pela ICMBio.

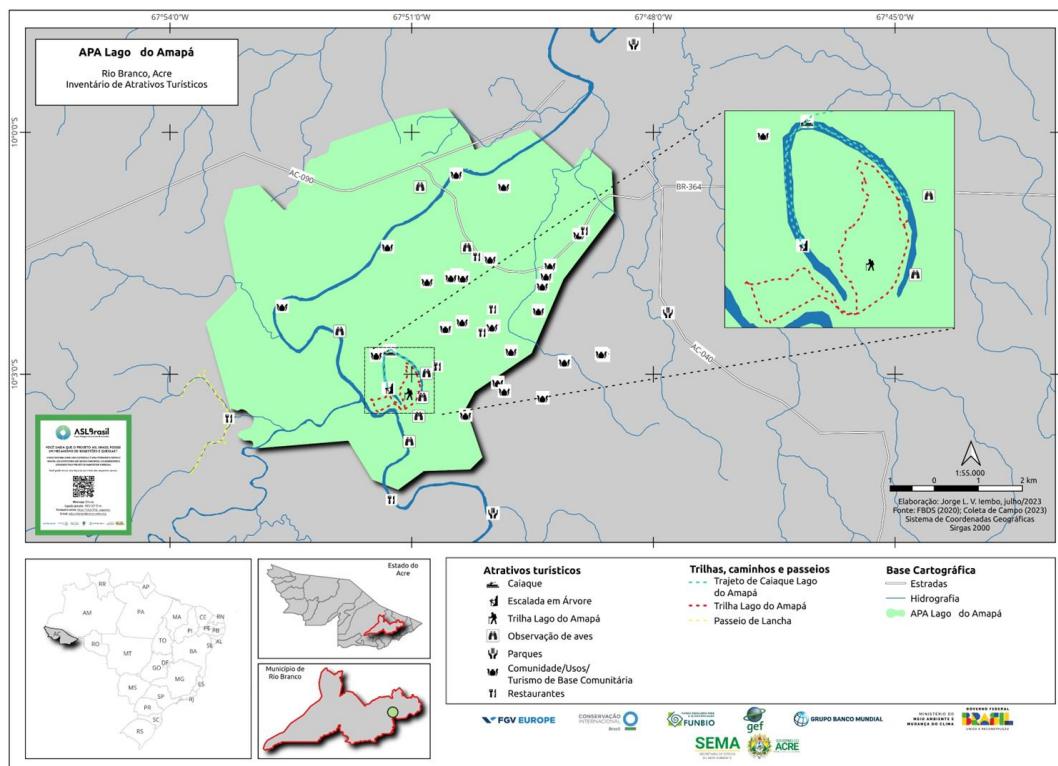
Quadro 2: Tipos de experiências e principais características.

Tipo de Experiência	Características
Pristina	- Visitas em ambientes naturais com baixo grau de intervenção - Áreas grandes e isoladas com acesso difícil - Infraestrutura mínima ou inexistente - Grupos pequenos e compostos por pessoas com conhecimentos específicos
Natural	- Visitas em ambientes naturais com médio grau de intervenção - Possibilidade de isolamento e aventura - Presença de evidências de atividades humanas - Acesso por veículos motorizados - Encontros ocasionais com outros visitantes
Seminatural	- Visitas em áreas com alto grau de intervenção - Forte interação entre grupos de pessoas - Oferece tranquilidade, segurança e comodidades - Presença de estruturas facilitadoras e sinalização direcional - Presença institucional indireta ou direta
Ruralizada	- Visitas em áreas com alto grau de intervenção, mesclando áreas naturais e ocupações rurais - Contato com moradores e seu modo de vida local - Observação de práticas agrosilvopastoris - Infraestrutura frequente e típica de ambiente rural
Urbanizada	- Visitas em locais com menos naturalidade do ambiente - Intereração com moradores locais - Amplia acessibilidade, conforto e praticidade - Presença de infraestrutura urbana e serviços turísticos desenvolvidos - Encontros frequentes com outras pessoas e moradores

Fonte: ICMBio (2020).

A imagem a seguir apresenta o Mapa do inventário realizado no âmbito do Plano de Uso Público.

Figura 3: Mapa do inventário de atrativos, serviços e áreas de visitação da APA Lago do Amapá.



Fonte: Plano de Uso Público (2023).

A seguir é apresentada uma síntese das informações obtidas no inventário de atrativos. Os atrativos/áreas de visitação foram organizados conforme o tipo de classe de experiência e para cada ponto foi realizada uma caracterização geral, incluindo a dinâmica da visitação. Em seguida é apresentado o rol de oportunidades com sugestões de atividades e serviços compatíveis.

a) Tipo de experiência: Natural

i. Trilha do Lago do Amapá

A Trilha do Lago do Amapá possui um percurso interpretativo e contemplativo de cerca de 5 km, com nível de dificuldade fácil a moderado.

No momento da elaboração do Plano a trilha era operada pelo grupo Destino Acre e operadores associados, oferecendo um pacote que inclui guia, lanche, seguro e taxa de uso da trilha. Os operadores recomendam o uso de roupas leves e confortáveis, tênis para caminhada, boné, protetor solar e repelente. É obrigatório o uso de calçado fechado e calça.

Durante a trilha, são abordados aspectos culturais, ecológicos, biológicos e históricos da região, além da importância da APA. O acesso à trilha apresenta construções deterioradas e falta de infraestrutura, como banheiros. A imagem a seguir ilustra alguns aspectos da trilha.

Figura 4: Fotos da Trilha do Lago do Amapá.



A – Estruturas na entrada da Trilha. B – Mirante para o Rio Acre. C – Caminhos da Trilha.
Fonte: Plano de Uso Público (2023).

A visitação ocorre principalmente aos finais de semana, com grupos de no mínimo 5 e máximo de 15 pessoas. O perfil dos turistas é diversificado, e variou conforme as fases de desenvolvimento do negócio. No momento da elaboração do diagnóstico foi destacado um predomínio do público local, com potencial para atrair visitantes de fora da região.

A área da trilha está sob o domínio de três proprietários/posseiros, sendo que um deles tem um acordo informal com os operadores, envolvendo a remuneração pelo acesso, monitoramento e manejo da trilha. Os demais proprietários não autorizam a realização da atividade. Assim, determinados trechos não são utilizados

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 3: Caracterização da Trilha do Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Trilha do Lago do Amapá
Caracterização	Experiência de visitação permite algum nível de isolamento, aventura e independência na UC. Ocorre em ambientes com médio grau de intervenção: com alta naturalidade, no entanto, já se pode detectar evidências de atividades humanas. O acesso pode ser realizado por veículos motorizados por ramais não pavimentados. Os encontros com outros visitantes são ocasionais. A Trilha possui trajeto definido e não possui estruturas facilitadoras para melhorar a experiência do visitante e sinalização. É possível observar áreas de visitação com manejo.
Zona de Manejo	Zona de Uso Restrito
Observações sobre visitantes	Visitantes locais e de outros estados. famílias, jovens entre 20 e 30 anos e servidores público. A maioria está em busca de opções de lazer tendo em vista as poucas na região.
Classe do ROVUC	Natural
Coordenadas	-10.05527, -67.85841

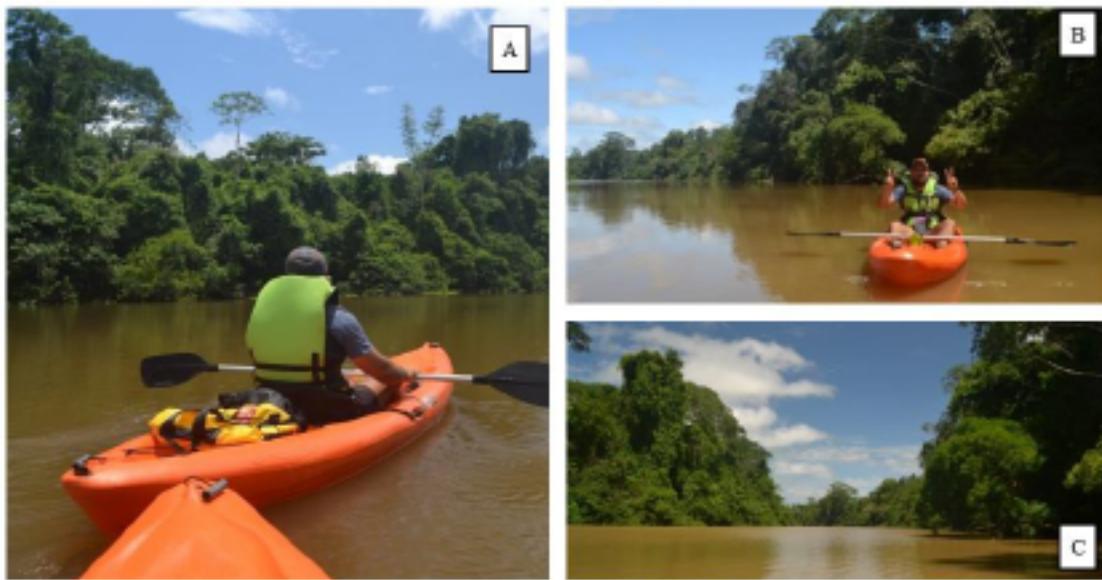
Fonte: Plano de Uso Público (2023).

ii. Caiaque no Lago do Amapá

Também é oferecida uma experiência aquática com caiaque no Lago do Amapá, que busca promover o contato com a natureza, com relaxamento e tranquilidade, ao mesmo tempo que proporciona observar as belezas do local. No momento do diagnóstico do Plano essa atividade era realizada pela agência Destino Acre e a Nomad Adventure Expeditions.

O percurso consiste em remar de um extremo ao outro do Lago, com aproximadamente 5 km de distância e duração de cerca de 3 horas. Não é necessário ter experiência prévia, pois são fornecidas instruções sobre o uso dos equipamentos e procedimentos de segurança. O serviço inclui equipamentos de proteção, caiaque, remo, guia/instrutor, seguro, lanche e fotos/vídeos. A idade mínima é de 12 anos. A imagem a seguir ilustra o desenvolvimento da atividade.

Figura 5: Atividade de caiaque realizada no Lago do Amapá.



A – Experiência de caiaque no Lago do Amapá. B – Guia realizando interpretação ambiental. C – Lago do Amapá.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

A atividade ocorre aos sábados e domingos, podendo ser agendada para outros dias mediante reserva antecipada.

Os operadores têm disponibilidade de 12 caiaques, podendo acomodar no máximo 11 pessoas. A interação com a comunidade local e a integração com a Trilha do Lago do Amapá não são realizadas atualmente. O acesso ao lago apresenta desafios devido a questões de dominialidade e estrutura.

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 4: Caracterização da atividade de Caiaque no Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Caiaque no Lago do Amapá
Caracterização	Experiência de visitação permite algum nível de isolamento, aventura e independência na UC. Ocorre em ambientes com baixo grau de intervenção: com alta naturalidade, no entanto, já se pode detectar evidências de atividades humanas. O acesso pode ser realizado por veículos motorizados por ramais não pavimentados. Os encontros com outros visitantes são ocasionais. A atividade de caiaque possui trajeto definido e não possui estruturas facilitadoras para melhorar a experiência do visitante. É possível observar moradores locais realizando atividades extrativistas como a pesca.
Zona de Manejo	Zona de uso restrito
Observações sobre visitantes	Visitantes locais e de outros estados. família, jovens entre 20 e 30 anos e servidores público. A maioria está em busca de opções de lazer tendo em vista as poucas na região.
Classe do	Natural

ROVUC	
Coordenadas	-10.04514, -67.85455

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

iii. Escalada em árvore

A atividade de escalada em árvores na região do Lago do Amapá é oferecida pelas operadoras em conjunto com outras atividades (trilha e caiaque). Consiste em subir verticalmente para alcançar a região próxima à copa das árvores, proporcionando uma experiência diferenciada aos visitantes. A atividade é realizada aos sábados, domingos e feriados, com no máximo 5 participantes. A segurança e a qualidade do serviço são um dos aspectos importantes e considerados pelos operadores. Não há registro e/ou regulamentação da mesma. As imagens a seguir foram obtidas a partir do portfólio da Agência Destino Acre.

Figura 6: Imagens da atividade de Escala em Árvore na APA Lago do Amapá.



Fonte: Destino Acre.

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 5: Caracterização da atividade de Escala em Árvores no Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Escalada em árvore
Caracterização	Experiência de visitação que permite algum nível de isolamento, aventura e independência na UC. Ocorre em ambientes com baixo grau de intervenção: com alta naturalidade, no entanto, já se pode detectar evidências de atividades humanas. O acesso ocorre a partir do acesso ao Lago, com a atividade de caiaques. Os encontros com outros visitantes são ocasionais. Para acessar a copa das árvores existem estruturas facilitadoras para facilitar a ascensão dos visitantes. Porém não foi verificada presença de documentação e certificação da construção. É possível observar moradores locais realizando atividades de pesca.
Zona de	Zona de uso restrito

Manejo	
Observações sobre visitantes	Visitantes locais e de outros estados. família, jovens entre 20 e 30 anos e servidores público. A maioria está em busca de opções de lazer tendo em vista as poucas na região.
Classe do ROVUC	Natural
Coordenadas	-10.05292, -67.85483

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

iv. Rio Acre, praias e encontro dos rios

A APA possui em seu interior trechos do Rio Acre que possuem praias e que são utilizadas como áreas de lazer e balneário pela população local. O acesso a uma dessas praias é realizado pelo acesso da Trilha do Lago do Amapá. Outra praia que é utilizada está localizada no final Ramal Santa Helena. Nessa praia existe uma família que oferece bebidas e refeições para visitantes, com potencial para agregar outros serviços (vide seção Comunidades da APA).

Não existe uma regulamentação/ordenamento do uso das praias, sendo frequente o acúmulo de lixo e uso de caixas de som em volume elevado.

No trecho do Rio Acre que adentra a APA são realizadas atividades náuticas. Essa atividade, que ainda não é oferecida como um produto turístico, é realizada por proprietários de embarcações e jet-skis. Não existe o ordenamento da prática na área interna da APA, em especial quanto à velocidade e locais de maior atenção. Na região conhecida como encontro dos rios ocorre a presença de botos no local, sendo uma provável área de alimentação das espécies. Porém, as embarcações transitam no local em alta velocidade, realizando manobras que colocam em risco a fauna aquática.

Outra atividade que ocorre nos rios e próximo às praias é a extração de areia por dragas, sendo uma atividade que necessita ser ajustada aos objetivos sociais e ecológicos da UCs. Nesse sentido, merece destaque a região onde aconteceu o Festival do Amapá e que, em virtude da exploração de areia, deixou de ser uma área de lazer da população em virtude do fim do banco de areia. Existe um interesse de recuperar a área degradada e retomar a realização de eventos na área da praia do Amapá.

Igarapés e as Águas da APA

Conforme destacado no Plano de Manejo da APA, existem várias nascentes, córregos e igarapés que abastecem o maior curso d'água do estado, o rio Acre. Esse conjunto de drenagem está situado em uma zona de recarga do aquífero Rio Branco,

possuindo relevante influência na disponibilidade de água para os diversos usos, além de proporcionar a manutenção do equilíbrio e preservação do ecossistema.

Esses igarapés, devido a sua importância e potencial de uso por atividades de uso público, necessitam ser revitalizados. Os igarapés podem ser, no futuro, atrativos que conectem propriedades e possibilitem atividades como banhos, caminhadas, caiaque etc.

A seguir imagens do rio Acre e das praias inseridas na UC.

Figura 7: Rio e Praias inseridas na APA Lago do Amapá.



A – Praia do Ramal Santa Helena; B – Draga onde era realizado o Festival do Amapá. C - Praia próxima ao Lago do Amapá.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 6: Caracterização dos atrativos Rio Acre, praia e encontro dos rios na APA Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Rio Acre, praia e encontro dos rios
Caracterização	Experiência de visitação que permite algum nível de isolamento nos ambientes naturais, ao mesmo tempo que oferece a possibilidade de segurança e comodidades. O ambiente possui alta naturalidade, no entanto, já se pode detectar algum nível de alteração ambiental ou evidências de atividades humanas. O acesso ao local de início das atividades pode ser realizado por veículos motorizados, via locais pavimentados ou não. Existe potencial para observação de fauna.
Zona de Manejo	Diversos
Observações	Não verificado

sobre visitantes	
Classe do ROVUC	Natural
Coordenadas	-10.05781, -67.85684

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

b) Tipo de experiência: Seminatural

v. Observação de Aves

De acordo com o Plano de Gestão da APA Lago do Amapá, a região possui uma rica avifauna, com 317 espécies registradas, o que representa 44% de todas as espécies do Acre. Mesmo diante da intensa pressão antrópica, a APA se destaca como rota de espécies migratórias e área de alimentação e reprodução. A atividade de observação de aves, conhecida como Birdwatching, tem ganhado destaque na região e pode ser uma alternativa de conservação ambiental e geração de renda para os moradores. Espécies de rara beleza, como o udu-de-coroa-azul, a maria-leque e o surucuá-de-barriga-vermelha, despertam o interesse dos observadores. A prática de Birdwatching está alinhada aos objetivos da APA, sendo considerada uma atividade promissora, com potencial para ser ampliada e integrada a outros atrativos, como a Trilha Lago do Amapá e como iniciativas comunitárias, como o Café, centro de memória e jardim Botânico/Viveiro (ver a seguir). No entanto, são identificados desafios, como a falta de articulação entre operadores e guias de observação, ausência de envolvimento de moradores como condutores locais, problemas de acesso em propriedades privadas e questões relacionadas a queimadas e desmatamento na APA.

A atividade de observação de aves na APA Lago do Amapá utiliza diversos ramais como pontos de parada, incluindo o Ramal do Gurgel, com paradas nas margens do Lago e no Clube de Tiro e Caça do Acre, o Ramal do Riozinho, com paradas na Casa dos Beija-Flores, a Estrada do Amapá, próximo ao Balneário Águas Claras, e o acesso ao antigo Sport Club Marine Boat Club.

O público atendido é principalmente externo ao Acre, com turistas de todo o Brasil e do exterior, especialmente provenientes de São Paulo. A atividade tem duração de 4 a 7 dias e envolve diversas localidades, com grupos compostos por uma a três pessoas. A atividade é de alto valor agregado.

No momento da elaboração do Plano existiam apenas dois especialistas com

capacidade para atender à demanda de observação. A articulação entre os guias de observação, operadores e condutores locais ainda não está consolidada. A comunidade local não está envolvida, exceto pelo restaurante do Gurgel, que costuma ser sugerido para refeições durante o passeio. A seguir algumas imagens extraídas do Plano de Manejo da UC com espécies de interesse para observação, em seguida algumas imagens de como ocorre a observação nos ramais da APA.

Figura 8: Espécies de rara beleza registradas na APA Lago do Amapá, com potencial atrativo para observadores de aves.



No canto superior esquerdo, registra-se o udu-de-coroa-azul (*Momotus momota*); no canto inferior esquerdo, a maria-leque (*Onychorhynchus coronatus*); e à direita, o surucuá-de-barriga-vermelha (*Trogon curucui*). Fonte: Diagnóstico da Avifauna, 2021. Fotos: Edson Guilherme (ACRE, 2022).

Figura 9: Observação de aves com guia especializado nos ramais da APA.



Fonte: Plano de Uso Público (2023).

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 7: Caracterização da atividade de Observação de Aves na APA Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Observação de Aves
Caracterização	Experiência de visitação que possibilita contato com a natureza, oferecendo tranquilidade, segurança, conforto e comodidade. A atividade, no geral, ocorre em áreas com alto grau de intervenção, em especial os ramais da APA, ou seja, a interferência humana é mais evidente sobre o ambiente natural. O acesso aos pontos de observação é fácil, ainda que não pavimentados. Ainda que haja oportunidade para a privacidade, os encontros e a interação com comunidade local e outros atores acontece. Os grupos são, geralmente, pequenos. Por ser realizada nos ramais, existe a possibilidade de acessibilidade para deficientes físicos ou pessoas de baixa mobilidade.
Zona de Manejo	Diversos
Observações sobre visitantes	Público especializado e interessado. Majoritariamente de fora do estado do Acre. Turistas de várias partes do Brasil, com uma maior concentração nas origens de São Paulo.
Classe do ROVUC	Seminatural
Coordenadas	Diversas

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

vi. Parque Histórico e Ambiental José Plácido de Castro

Apesar de estar fora dos limites da APA, o Parque Histórico e Ambiental José Plácido de Castro está diretamente associado ao território. É um local tombado pela Prefeitura Municipal de Rio Branco (AC) devido à sua importância cultural para a cidade. O parque foi criado em homenagem a Plácido de Castro, herói da Revolução Acreana, e está localizado na área do Seringal Benfica.

O parque possui esculturas que representam momentos dramáticos da Revolução Acreana, formando um museu a céu aberto. A área do parque abrange 12 hectares e está situada entre o rio Acre e o igarapé Distração. Foi criado por meio de um termo de cooperação entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Rio Branco, o Incra e o 4º BIS.

O parque encontra-se em estado de deterioração e abandono por parte do poder público. A lápide de Plácido de Castro não é acessível devido a uma ponte danificada, e o acesso ao local é difícil.

c) Tipo de experiência: Ruralizada

Comunidades e empreendimentos da APA

A APA Lago do Amapá abriga comunidades, como ribeirinhos, pequenos e médios produtores rurais, pescadores e agricultores familiares, bem como empreendimentos diversos.

Essas comunidades enfrentam desafios como a pressão pela alteração do modo de vida rural, falta de segurança, dificuldade de acesso aos ramais, pesca predatória, desmatamento, poluição e falta de oportunidades de emprego. A presença de empreendimentos que impactam o território e de facções criminosas também representa ameaças. No entanto, Associação de Moradores e Produtores Rurais da Estrada do Amapá (AMPREA) tem demonstrado disposição para se envolver na gestão da APA, buscando implementar o Turismo Sustentável de Base Comunitária, conciliando a conservação ambiental com desenvolvimento sustentável.

O Plano de Manejo destaca como importante a valorização do conhecimento tradicional, resgate da história local e desenvolvimento do turismo de base comunitária. A participação das comunidades no turismo da APA ainda é baixa, mas a Associação de Moradores está desenvolvendo um Plano de Negócios para o turismo comunitário.

Durante o Diagnóstico do Plano de Uso Público, foram realizadas visitas técnicas à empreendedores locais comunitários que atuam ou que possuem interesse/potencial de atuar com o Turismo de Base Comunitária. Essas visitas foram mediadas e acompanhadas pela presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais da Estrada do Amapá (AMPREA).

Uma preocupação da comunidade é a adoção de práticas sustentáveis pelos moradores. Ao menos 3 projetos/iniciativas buscam reduzir os impactos do lixo, estimular a criação de abelhas nativas, bem como promover a educação ambiental no ambiente escolar (Figura 10). O quadro a seguir faz um resumo dessas iniciativas.

Quadro 8: Projetos/Iniciativas de sustentabilidade na APA Lago do Amapá.

Projetos	Resumo
Projeto Meliponicultura Responsável: AMPREA	Estimula a criação de abelhas nativas sem ferrão entre os moradores, promovendo a conservação dessas espécies e desenvolvendo atividades sustentáveis para o turismo comunitário.
Projeto de Reciclagem Responsável: AMPREA	Incentiva a reciclagem de resíduos entre os moradores, evitando o descarte inadequado e gerando renda. Demonstração de práticas sustentáveis à comunidade e aos visitantes.
Educação ambiental no ambiente escolar Responsável: Escola Estadual Rural Ruy Azevedo	Realiza atividades curriculares e visitas anuais à Trilha do Lago do Amapá, onde os estudantes aprendem sobre a importância da natureza e desenvolvem atividades relacionadas ao meio ambiente e à cultura local.
Exposição de Arte Ambiental Sustentável	Exposição de produtos confeccionados pelos moradores da APA Lago do Amapá. Uma das edições ocorreu no Posto Via Verde.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

Figura 10: Iniciativas de sustentabilidade da APA Lago do Amapá.



A - Projeto Meliponicultura no Campo do Jeso. B - Projeto de Reciclagem na Vilinha dos Barbosas. C –

Grafite da APA na Escola Estadual Rural Ruy Azevedo.
Fonte: Plano de Uso Público (2023).

vii. *Iniciativas comunitárias*

Durante a elaboração do Plano de Uso Público foram identificadas diversas iniciativas comunitárias com potencial para desenvolvimento de atividades de visitação, a partir das premissas do Turismo de Base Comunitária.

A síntese das propriedades, famílias e empreendimentos da APA Lago do Amapá evidencia um grande potencial para o desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária. Dentre os empreendimentos identificados, aqueles com estruturas físicas e experiência na prestação de serviços destacam-se como pontos de partida para a implementação gradual do turismo na região. Exemplos incluem a produção de doces, bolos, sucos e artesanato com materiais naturais, que proporcionam uma experiência autêntica aos visitantes e fortalecem os laços entre a comunidade local e os turistas. A Casa de Farinha também oferece uma oportunidade para os visitantes conhecerem a produção de mandioca e farinha, promovendo a valorização da cultura local.

Além disso, empresários locais que adotam práticas sustentáveis podem se tornar parceiros-chave no desenvolvimento do turismo, como “Amigos da APA”, oferecendo serviços de qualidade e contribuindo para a conservação ambiental. Ao implementar essas atividades de forma sustentável e envolver ativamente a comunidade local, será possível criar uma rede interconectada de turismo sustentável na APA Lago do Amapá, beneficiando tanto os visitantes quanto os moradores da região.

Importante destacar também que durante o processo de Diagnóstico para elaboração do Plano, algumas iniciativas envolvendo o TBC tiveram avanços, como a oferta de roteiros. Durante os diálogos participativos da elaboração do Plano foi registrada a importância das ações direcionadas para o TBC respeitaram os princípios e diretrizes, como os registrados pelas publicações do ICMBio sobre o assunto². No entanto, entre uma das diretrizes que foi mencionada como fundamental foi a necessidade de considerar como será a gestão comunitária da iniciativa, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os visitantes e os possíveis impactos, positivos e negativos, da atividade aos seus modos de vida.

O quadro a seguir faz uma síntese das iniciativas comunitárias identificadas no

² Para saber mais, acesse: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2977>

Plano de Uso Público. Cada uma delas está em um determinado estágio de consolidação.

Quadro 9: Iniciativas comunitárias com potencial para integrar o Circuito de Uso Público da APA Lago do Amapá.

Iniciativa	Descrição
Vilinha dos Barbosa	Comunidade de moradores antigos da APA, com potencial para oferecer atividades de contação de histórias, cafés, bolos, observação de fauna e trilhas. Morador produz artesanatos com materiais naturais, como ouriço de castanhas, cascas de coco, palhas e resíduos do cupuaçu. Os artesanatos representam a fauna amazônica e podem ser comercializados como <i>souvenirs</i> . Oportunidade de conhecer a história da família, projetos de sustentabilidade, conviver com o ambiente rural, apreciar sucos e alimentos locais, vivenciar o processo de criação das peças de artesanato e adquirir produtos únicos. Comunidade possui interesse em implantar trilhas e promover atividades de observação da fauna e flora na região.
Doces e licores regionais	Propriedade onde são produzidos doces e licores regionais, como bolo e doce de cupuaçu, licor de cupuaçu e licor de jenipapo. Os visitantes podem experimentar os produtos típicos da região, conhecer o processo de plantio e produção, e adquiri-los como lembranças. O local também possui projetos com abelhas nativas e a possibilidade de realizar encontros no formato de hau.
Água do Aquífero	Propriedade em que ocorre a exploração da água do aquífero. Os visitantes têm a oportunidade de aprender sobre a importância desse recurso natural, conhecer o processo de extração e comercialização, e desfrutar da água pura e cristalina do aquífero. O local também possui um igarapé que pode ser incluído nas visitas.
Produção de mudas/flores	Famílias na APA estão envolvidas na produção de mudas e flores, como a Rosa do Deserto. Oportunidade de estimular a produção de espécies nativas (ex.: <i>Passiflora acreana</i>) e conhecer o processo de produção, adquirir plantas para seus jardins e aprender sobre a importância da conservação das espécies nativas. Uma dessas iniciativas acontece na propriedade conhecida como Campo do Jeso e participa do projeto de meliponicultura.
Campo do Jeso	Local com relevância histórica e cultural na região, sediando campeonatos regionais e jogos de futebol. Visitantes têm a oportunidade de vivenciar o aspecto esportivo no local, conhecer a história do futebol na região e desfrutar de momentos de entretenimento.
Capela Comunidade de São Francisco	Pequena capela nas proximidades do Campo do Jeso, podendo ser um ponto de interesse para visitação e interpretação para os visitantes.
Sr. Mário -Ramal Santa Helena	Propriedade com potencial para desenvolver diversas atividades de turismo de base comunitária. Oferece possibilidades de acampamento, trilhas a pé ou de bicicleta, encontro com moradores e interpretação sobre a história local, plantas nativas, cemitério histórico e explicação sobre atividades de combate a incêndios na UC. Os moradores também oferecem sucos, alimentos locais e a praia é bastante procurada no verão. Comunidade com grande potencial para se envolver e articular iniciativas de TBC para os visitantes.
Área de contemplação da natureza	Propriedade com diversidade de espécies de plantas. A família tem interesse em implantar um local para descanso, piqueniques e pequenas trilhas. Projeto em fase de planejamento.
Artesanato crochês e sucos	Dona Rosângela produz sucos naturais e artesanato de crochê. Embora não tenha interesse em desenvolver atividades de TBC, os sucos naturais podem ser oferecidos aos visitantes, juntamente com o artesanato de crochê, que possui potencial e poderia ser desenvolvido com as marcas da APA. A propriedade também possui um espaço para realização de festas.
Café, centro de memória e jardim Botânico/Viveiro	Família local construiu uma estrutura nas margens da Via Verde para criar um café, um centro de memória para preservar a história local, e tem interesse em instalar um jardim botânico ou viveiro onde os visitantes possam conhecer a biodiversidade da região. O local já está parcialmente estabelecido e precisa começar sua operação. A proprietária também comercializa plantas, em especial a Rosa do Deserto, e possui

	potencial para produzir mudas com espécies nativas e apoiar projetos de conservação. A propriedade possui potencial para desenvolver outras atividades, como caminhadas, ciclismo e mirantes para observação de pontos de importância da APA.
Pôr do sol e refeição vegana	Propriedade da Dona Nena, que é procurada por pessoas interessadas em fazer sessões de fotos pois o local oferece um belo pôr do sol entre as árvores. A proprietária está montando uma cozinha para fornecimento de marmitas veganas.
Castanheira – Portal da APA	Propriedade com uma árvore centenária que pode ser um ponto de interesse para fotos e encontros.
Comércios, festival e Praia do Amapá	Local onde ocorreu o Festival do Amapá, atualmente degradado, mas com potencial para recuperação e revitalização da praia como local de lazer para a população de Rio Branco, fortalecendo a cultura regional.
Sr. Guerra	Empresário do ramo da construção civil com propriedade na APA. Propriedade possui potencial para desenvolvimento de trilhas, caminhos na natureza, atividades aquáticas e hospedagem. Proprietário demonstrou interesse em abrir um parque aquático no local.
Igarapés das propriedades	As propriedades da APA possuem diversos igarapés que podem ser revitalizados e utilizados para banhos, atividades aquáticas, como caiaque, e conexão entre propriedades e atrativos locais.
Produção rural e Casa de farinha	Propriedade com produção de mandioca e farinha. Visitação ao processo de produção de farinha, convivência com moradores, degustação de café e bolo feitos com produtos locais.
Visitas ao Paleomeandro	Propriedade em que está inserido um Paleomeandro, interessada em integrar o circuito de uso público da APA.
Implantação de Arborismo	Propriedade interessada em instalar infraestrutura para desenvolvimento do arborismo.
Centro Espírita Luz Amor e Caridade	Considerado o terceiro Centro Espírita Daimista do mundo, está instalado na APA desde 1967. Os representantes têm demonstrado interesse em ampliar sua participação na comunidade, envolvendo-se como membros da associação local. Buscam ser parceiros em atividades comunitárias. Na APA, diversas igrejas/religiões coexistem, e a imagem apresentada é da entrada do Centro.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

Figura 11: Fotos de iniciativas comunitárias na APA Lago do Amapá.



A - Produção de mudas/flores no Campo do Jeso. B - Pôr do sol e refeição vegana na propriedade da

Dona Nena. C – Propriedade com produção rural e Casa de farinha. D – Propriedade com exploração da água do aquífero. E – Artesanato na Vilinha dos Barbosas. F – Família interessada em instalar um Café com centro de memória e jardim Botânico/Viveiro. G – Propriedade com produção de doces e licores regionais. H – Brigadista realizando a interpretação ambiental na propriedade do Sr. Mário -Ramal Santa Helena.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 10: Caracterização das iniciativas comunitárias na APA Lago do Amapá.

Nome da Área de Visitação	Comunidades da APA
Caracterização	Experiência de visitação que possibilita o forte contato com moradores e seu modo de vida local. Ocorre em áreas com algum grau de intervenção. O acesso é facilitado por meio de vias asfaltadas e/ou rurais não pavimentados. Existe potencial de se observar a cultura local e a produção de alimentos, artesanatos etc. Existe interesse e potencial para a prestação de serviços de alimentação, hospedagem, entre outros, oferecidos diretamente pela comunidade local. Cada iniciativa está em um estágio diferente de consolidação. Existe forte interesse da comunidade local em fortalecer o TBC na APA.
Zona de Manejo	Diversos
Observações sobre visitantes	Diversificado
Classe do ROVUC	Ruralizada
Coordenadas	Diversas

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

viii. *Empreendimentos da APA*

Existem diversos empreendimentos na APA Lago do Amapá, com características distintas. Entre aqueles que possuem maior relação com o Uso Público, pode-se destacar os restaurantes e espaços para locação para eventos, sendo identificadas cerca de 10 iniciativas (Figura 12). No entanto, em nenhum dos estabelecimentos foi identificada a evidência de vínculo ou relação com a UC, apesar de suas características naturais e potencial para atividades relacionadas à natureza. Por exemplo, em nenhum dos restaurantes existe divulgação ou informações relacionadas à APA, mesmo com o potencial de vincular esses estabelecimentos com a conservação e valorização da área.

Figura 12: Imagens de empreendimentos localizados na APA Lago do Amapá.



A - Balneário Águas Claras. B - SM Gastronomia & Eventos. C - Piracema Park Club. D - Ponto de Encontro Japiim.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

Além disso, existem empresários que, apesar de não desenvolverem atividades diretamente ligados ao Uso Público, apoiam a UC e adotam práticas sustentáveis em suas atividades. Nesse sentido, uma possibilidade de engajá-los e estimular essas práticas seria estabelecer um selo de “Amigo da APA” para valorizar esses estabelecimentos e reconhecê-los por seu comprometimento com a conservação ambiental. Os nomes desses empreendimentos poderiam ser divulgados em sites e recomendados para visitantes.

O quadro a seguir apresenta os empreendimentos identificados.

Quadro 11: Espaços de eventos e restaurantes identificados na APA Lago do Amapá.

Local	Descrição
SM Gastronomia & Eventos	Espaços para eventos (casamentos e cerimônias diversas), com potencial para apoiar e divulgar as ações da APA.
Chácara Modelo	Espaço para festas e eventos na APA, com capela, salão, churrasqueira e piscina. Interesse em atividades de visitação e recuperação de áreas degradadas.
Restaurante Mata Nativa	Localizado na Estrada do Amapá, oferece pratos regionais e possui área de descanso e árvores em seu terreno.
Restaurante Manto Verde	Localizado na Estrada do Amapá, é também um pesqueiro. Possui lagos com água esverdeada e estrutura atrativa para postagens em redes sociais. O restaurante oferece pratos regionais.
Restaurante do Gurgel	Localizado no Ramal do Gurgel, é administrado pelo Sr. Gurgel, um dos primeiros moradores da região. Serve pratos como galinhada, vatapá e moqueca.

Restaurante Lago Verde	Localizado no Ramal Gurgel, não foram obtidas informações sobre o local.
Anexo Malveira Flutuante	Restaurante flutuante localizado no Rio Acre, que foi transferido para fora da APA. No entanto, há uma trilha na propriedade que pode ser percorrida pelos clientes.
Piracema Park Club	Parque aquático localizado na Estrada do Transacreana. Além das atividades aquáticas, o local oferece refeições, hospedagem, passeios a cavalo e passeios de lancha.
Balneário Águas Claras	Localizado na Via Verde, é um restaurante/balneário frequentado pela população local aos finais de semana. Serve refeições regionais com preços mais acessíveis.
Ponto de Encontro Japiuum	Restaurante e pousada desativados no acesso à Praia do Amapá. Potencial para ser ponto de apoio ao TBC na APA.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

O Quadro a seguir apresenta a caracterização da área conforme o rol de oportunidades de visitação.

Quadro 12: Caracterização dos empreendimentos na APA Lago do Amapá.

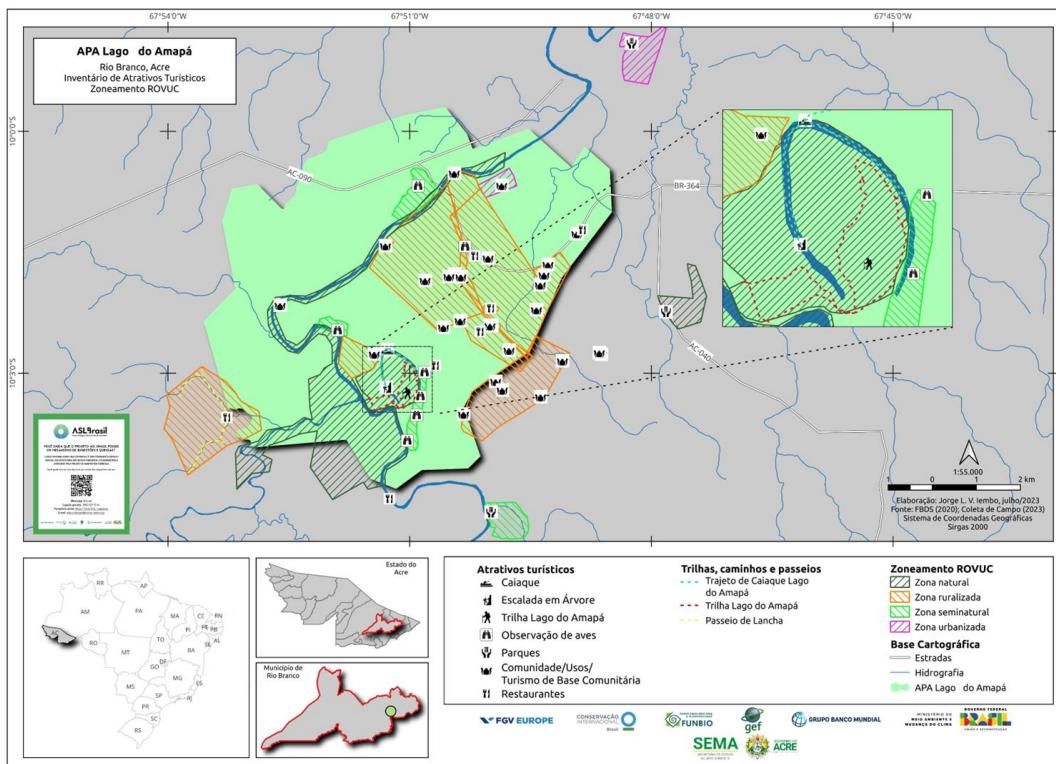
Nome da Área de Visitação	Empreendimentos
Caracterização	Experiência em restaurantes / eventos, em especial gastronômicos, que possibilita contato com ambientes naturais e comidas regionais com tranquilidade, segurança, conforto e comodidade. Em algumas situações possibilita o contato com moradores e seu modo de vida local. Ocorre em áreas com algum grau de intervenção, mesclando áreas naturais e construções rústicas. O acesso é facilitado por meio de ramais (não pavimentados) e vias asfaltadas. Existe a oportunidade de conhecer um pouco da cultura acreana a partir da comida. A infraestrutura é frequente e típica de ambiente rural
Zona de Manejo	Diversos
Observações sobre visitantes	Diversificado
Classe do ROVUC	Ruralizada
Coordenadas	Diversos

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

d) Oportunidades de visitação

A partir dos atrativos e áreas de visitação identificados, considerando as classes de experiências possíveis, foi elaborado o zoneamento das experiências de visitação que devem ser estimuladas na APA. A seguir é apresentado o Mapa das zonas identificadas na APA Lago do Amapá a partir da classificação sugerida pelo ROVUC.

Figura 13: Mapa com os tipos de experiências possíveis na APA Lago do Amapá.



Fonte: Plano de Uso Público (2023).

A partir dos atrativos internos e do entorno da APA, foram identificadas classes de experiências que perpassam as classes Natural, Seminatural e Ruralizada. Além dessas, merece destaque que a proximidade com Rio Branco possibilita ainda o contato facilitado com a experiência urbanizada.

Essas oportunidades de visitação possibilitam que o planejamento do uso público atenda às demandas de diferentes públicos. Nesse sentido, ao compreender o perfil das principais demandas de uso, será possível ofertá-las a partir de cada uma experiência identificada. Como destacado pelo ROVUC, a diversificação de experiências amplia a possibilidade de satisfazer as expectativas e as motivações dos visitantes, gerando uma boa experiência, e fortalecendo a geração de renda local e cidade socioambiental.

Com essa variedade, será possível possibilitar que o visitante busque as experiências desejadas, aumentando assim a probabilidade de encontrar na APA aquela que mais satisfaça suas expectativas e que proporcione as experiências desejadas.

Importante relembrar que não cabe ao gestor oferecer a experiência em si, uma vez que, só o próprio visitante pode dizer se teve uma boa experiência ou não. O que

cabe ao gestor é manejar quais atividades podem ser realizadas em quais zonas identificadas.



5 DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO DO USO PÚBLICO

As diretrizes para o uso público da APA Lago do Amapá são orientações para a implementação e monitoramento da visitação, que devem considerar outras regulamentações estabelecidas no Plano de Manejo da UC (valores e recursos fundamentais, significância, zoneamento, normas gerais), no documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” (MMA, 2006) e demais atos institucionais que regulamentam as atividades recreativas e os serviços de apoio à visitação (Portarias e Instruções Normativas).

A seguir são apresentadas algumas diretrizes/recomendações elaboradas participativamente na construção do Plano de Uso Público.

Quadro 13: Diretrizes e recomendações para implantação do Uso Público na APA Lago do Amapá.

Categorias	Diretrizes/Recomendações
Turismo de Base Comunitária	<ul style="list-style-type: none">- Implementar o Uso Público com base nas diretrizes do Turismo de Base Comunitária.- Incentivar a participação da comunidade como protagonista do desenvolvimento do Uso Público, atuando como prestadores de serviços, proprietários de equipamentos, condutores de visitantes, comerciantes de produtos e serviços turísticos.- Promoção da geração de renda para a comunidade, incentivando o cooperativismo, a educação ambiental, o fortalecimento do ecoturismo e a produção e venda de produtos locais.- Promover a capacitação da comunidade local para fortalecer o turismo comunitário.- Estabelecer diretrizes e orientações para a visitação de base comunitária.
Conservação da APA	<ul style="list-style-type: none">- Garantir conservação dos atributos socioambientais da APA no desenvolvimento do Uso Público, incluindo a fauna, flora e qualidade da água.- Implementar ações de revitalização do lago, recuperação de áreas degradadas e valorização cultural das comunidades locais, promovendo a conscientização ambiental e a conservação dos recursos naturais, sempre respeitando os regramentos oficiais estabelecidos.- Garantir o fornecimento e pagamento dos serviços ambientais/ecossistêmicos garantidos pela APA e mantidos pela comunidade local.- Valorizar os serviços ecossistêmicos oferecidos pela UC para melhorar a qualidade de vida dos moradores e promover a sustentabilidade.- Conservar a fauna e flora aliada ao Turismo de Base Comunitária como estratégia para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar da população local.
Turismo Sustentável	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de trilhas, observação de aves, trilhas de bicicleta, trekking, passeios de balão e parapente como atrativos turísticos.- Consolidação do ecoturismo na região do Lago do Amapá, envolvendo os moradores locais e divulgando a APA em restaurantes e espaços para eventos, aproveitando as estruturas existentes.- Estímulo ao turismo sustentável de base comunitária, promovendo o uso sustentável das praias, rios e lago, e incentivando a oferta de alimentação e hospedagem regionais.- Exploração de atrações culturais e históricas, como visitação aos geóglifos, ao Parque Plácido de Castro e aos paleomeandros, além de festivais culturais.- Fortalecimento da comunicação e divulgação da APA, destacando as medidas de conservação e sustentabilidade adotadas, bem como as oportunidades turísticas.

	<p>disponíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Espera-se que o perfil de visitantes da APA seja diversificado, incluindo famílias acreanas, ecoturistas, pesquisadores, investidores, estudantes, idosos e funcionários públicos, com interesse em atrair visitantes regionais, nacionais e internacionais interessados em atividades sustentáveis, vivências ao ar livre, pesquisa e conservação da natureza.
Perfil do Visitante	<ul style="list-style-type: none"> - Deseja-se receber visitantes conscientes e interessados na conservação da sociobiodiversidade. - A APA deve se posicionar como exemplo de turismo consciente e sustentável. - A experiência da visitação deve contribuir para despertar a consciência e engajamento com a conservação da natureza. - É importante considerar o perfil de visitante e as classes de experiência no planejamento de atividades, projetos e ações de uso público para a APA.
Priorização de áreas de visitação	<ul style="list-style-type: none"> - - Recomenda-se priorizar as atividades: consolidação das atividades de ecoturismo na região do Lago do Amapá (trilha e caiaque), envolvimento inicial com moradores através da apresentação de artesanatos, doces e Casa de Farinha; - Realizar estratégias de divulgação da APA em restaurantes e espaços para eventos; - Aproveitar as estruturas que já existem e que não dependem de aporte financeiro do poder público para fortalecerem o uso público na UC, tais como o Café e a proposta de um centro de memória, a propriedade com possibilidade de hospedagem e a região da Praia do Ramal Santa Helena, que já desenvolvem atividades de receptivo. - Essas áreas devem ser escolhidas como ponto de partida para fortalecer o Uso Público pois já possuem infraestrutura e atores atuando.
Infraestrutura e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir que as infraestruturas a serem instaladas tenham como objetivo melhorar a experiência dos visitantes, promover a conservação ambiental e valorizar a cultura local. - Considerar a viabilidade econômica das infraestruturas, avaliando os custos de construção, manutenção e operação, assim como a capacidade de geração de receita para sustentá-las no longo prazo. - Envolver e capacitar a comunidade local na construção e manutenção das infraestruturas, garantindo a participação ativa e a apropriação das iniciativas. - Melhorias na infraestrutura, incluindo saneamento básico adequado, sinalização clara, internet, pavimentação das vias, acessibilidade, centros de visitantes, áreas de camping, mirantes (como no Lago da Cigana na Via Verde), estacionamento, entre outros, para proporcionar uma experiência segura e confortável aos visitantes. - Utilizar essas informações como orientação para a alocação de recursos e a identificação de locais adequados para a instalação das infraestruturas.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

5.1 Oportunidades para parcerias e delegação de serviços de apoio à visitação e geração de negócios

Foram identificados os seguintes serviços que poderiam contar com alguma estratégia de regulamentação/ordenamento/delegação por parte da SEMA e comunidades locais. Em especial, destaca-se o potencial da delegação de serviços de atividades que ocorrem no Lago do Amapá. Importante destacar que por se tratar de áreas particulares, parte desses processos deve ocorrer através de cadastramentos e autorizações (Quadro 14).

Quadro 14: Oportunidades de delegação de atividades/serviços na APA Lago do Amapá.

Categoria	Oportunidades
Ecoturismo e Natureza	<ul style="list-style-type: none"> - Credenciamento de moradores locais para condução de visitantes Modalidade sugerida: Autorizações; - Credenciamento de moradores locais como prestadores de serviços de apoio ao Uso Público, como alimentação, hospedagem, transporte, artesanatos, roteiros etc. Modalidade sugerida: Autorizações; - Credenciamento de operadoras turísticas conduzirem atividades específicas na APA, como trilhas, observação de aves, acampamentos, arborismo e canoing, passeios de barco, caiaque, stand-up paddle na área da APA. Modalidade sugerida: Autorizações; - Parcerias formalizadas com proprietários para acesso e desenvolvimento de atividades de uso público. Modalidade sugerida: Contrato de uso e manejo. - Parcerias com instituições educacionais para fornecer programas de capacitação e educação ambiental na APA. - Parcerias com instituições de ensino para realizar estudos de monitoramento de impactos e implementação das atividades de Uso Público na APA.
TBC e Cultura local	<ul style="list-style-type: none"> - Credenciamento de iniciativas comunitárias (produtores, comerciantes, famílias, contadores de histórias etc.) interessadas em participar do Turismo de Base Comunitária da APA. Modalidade sugerida: Autorizações/ Credenciamento. - Credenciamento de artesãos locais com interesse em incluir seus produtos entre aqueles apoiados/divulgados pelo TBC da APA. Modalidade sugerida: Credenciamento. - Credenciamento e Programa de apoio para restaurantes e outros estabelecimentos que ofereçam e valorizem a culinária local, ofertando experiências típicas da região. Modalidade: Autorização/Credenciamento. - Credenciamento de empreendedores locais interessados em apoiar as iniciativas de TBC/Uso Público da APA, adquirindo e divulgando os produtos e atividades. Modalidade: Autorização/Credenciamento. - Programa de incentivo à comercialização de produtos locais em feiras e espaços destinados a esse fim. - Programa de apoio a iniciativas de produção sustentável.
Serviços de apoio à visitação	<ul style="list-style-type: none"> - Credenciamento de empreendedores Amigos da APA, como restaurantes e estabelecimentos locais que valorizem a culinária regional e ofereçam pratos típicos da região. Modalidade: Autorização/Credenciamento. - Credenciamento de empreendedores locais que ofereçam hospedagem e alimentação e apoiem o Programa de Uso Público da APA. Modalidade: Autorização/Credenciamento.
Pesquisa e Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com instituições de pesquisa e ensino para desenvolvimento de estudos de monitoramento do desenvolvimento do Uso Público na APA em suas múltiplas dimensões como: impactos das atividades sobre os atributos da UC, satisfação dos visitantes, interação com comunidades, perspectivas socioeconômicas etc.

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

5.2 Matriz de Planejamento de Ações

A partir dos desafios e oportunidades identificados no Plano, foram estabelecidos alguns temas para serem implementados para o fortalecimento do Uso Público da APA. Para cada tema, foram estabelecidas linhas de ação prioritárias.

A seguir é apresentada a matriz com as linhas de ação e respectivas prioridades identificadas participativamente. Esse conteúdo recebeu contribuições do conselho gestor/atores interessados na UC.

Quadro 15: Matriz de ações para implantação do Uso Público na APA Lago do Amapá.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	PRIORIDADE
Desenvolver Programa de formação para moradores locais sobre temas relacionados à conservação ambiental, turismo sustentável, relações humanas, formação de lideranças, associativismo, sustentabilidade e atividades econômicas compatíveis com a APA	Muito Alta
Realizar Cursos de condutores de visitantes para a APA incluindo temas como atendimento ao público, interpretação ambiental, observação de aves, segurança e normas e regulamentos da área protegida.	Muito Alta
Estabelecer parcerias com instituições educacionais locais, como escolas e universidades, para desenvolver programas de educação ambiental e capacitação específica para os jovens da região	Muito Alta
Desenvolver material educativo e informativo para orientar os condutores e moradores sobre a importância da APA e os serviços que podem ser prestados aos visitantes.	Alta
Estimular a realização de capacitações em gestão de negócios, atendimento aos clientes, boas práticas, idiomas etc. para os setores envolvidos no desenvolvimento do UP (iniciativas comunitárias, artesãos, condutores, operadores, prestadores de serviços)	Alta
Estabelecer Programa de Voluntariado e estágio curricular direcionados para apoio ao Uso Público da UC	Alta
Estabelecer parcerias que apoiem a gestão com serviços e ações necessárias para o desenvolvimento do UP	Alta
Fomentar a contratação de pessoal pela SEMA com formação em turismo e visitação em UC	Alta
Estabelecer parcerias com instituições de ensino, órgãos governamentais e organizações locais para oferecer programas de capacitação e certificação para os condutores.	Alta
Garantir a participação, voz e visibilidade ao gestor e ao conselho gestor da APA nas formações	Alta
Fazer agendas setoriais e oficinas comunitárias (por ramais) para promover a sensibilização sobre a APA	Alta
Promover feiras com comida, artesanato, cultura, música, poesia, produção rural	Alta
Criar um programa de mentoria, em que atores experientes da área possam orientar e compartilhar conhecimentos com empreendedores e líderes comunitários locais	Média
Desenvolver Programa de intercâmbio com experiências exitosas em TBC para lideranças e interessados em participar do Programa de TBC da APA	Média
Organizar eventos de intercâmbio e visitas técnicas a outras áreas protegidas ou destinos turísticos sustentáveis	Média
Desenvolver materiais educativos e informativos sobre a APA, como folhetos, guias e vídeos, e disponibilizá-los tanto online como em pontos de acesso público, para aumentar a conscientização e o conhecimento sobre a importância da APA	Média
Articular parcerias com operadoras turísticas da região para potencializar a implementação do Plano de Uso Público	Média

ORDENAMENTO E REGULAMENTAÇÃO DE ATIVIDADES	PRIORIDADE
Elaborar regulamentos e normas específicas para cada atividade turística, estabelecendo diretrizes claras, restrições, requisitos de segurança e boas práticas.	Muito Alta
Estabelecer normas de conduta para os visitantes, requisitos para operadores de caiaque e trilhas, restrições de velocidade e comportamento na navegação no Rio Acre, além de regulamentação para estabelecimentos comerciais e restaurantes.	Muito Alta
Incentivar o envolvimento ativo da comunidade local no ordenamento das atividades turísticas, estabelecendo parcerias e promovendo capacitação.	Muito Alta
Estimular a participação da associação e empreendedores locais, promovendo o turismo comunitário e sustentável.	Alta
Estabelecer um sistema efetivo de fiscalização para garantir o cumprimento das regulamentações e normas estabelecidas.	Alta

Implementar medidas punitivas para infrações e condutas inadequadas, visando a proteção dos recursos naturais e a segurança dos visitantes.	Alta
Implementar um sistema de monitoramento para acompanhar o número de visitantes e avaliar o impacto das atividades na APA.	Alta
Utilizar dados de monitoramento para tomar decisões informadas sobre a gestão da visitação e ajustar as medidas de manejo, se necessário.	Média
Desenvolver programas de educação ambiental direcionados aos visitantes e comunidades locais, destacando a importância da conservação e práticas sustentáveis.	Alta
Credenciamento de guias (aves, trilhas, caiaque etc.)	Muito Alta
Definição e divulgação de roteiros turísticos	Alta
Definição de produtos atrativos para estabelecer roteiros	Média
Estudar a viabilidade de estabelecer regulamentação para pesca esportiva na APA	Média
Realizar um levantamento das atividades realizadas na APA e identificar aquelas que requerem regulamentação e ordenamento.	Muito Alta
Adequar, capacitar e fortalecer o ordenamento e regulamentação de atividades já realizadas	Muito alta
Estabelecer acordos com os proprietários de terras privadas para permitir o acesso controlado e responsável dos visitantes, mediante acordos específicos.	Muito Alta
Promover campanhas de conscientização e educação para os visitantes e moradores sobre a importância do respeito às regras e restrições estabelecidas.	Muito Alta
Fortalecer a capacitação/sensibilização e aplicação dos regramentos existentes	Muito alta
Mapear necessidades de novos regramentos para atividades de visitação	Alta
Discutir e propor novas normas	Alta
Divulgar e sensibilizar os atores setoriais sobre a importância do ordenamento e regulamentação das atividades na APA	Alta
Priorizar o ordenamento/regulamentação de atividades como: trilhas, observação de aves e uso de áreas particulares.	Alta
Estabelecer normas e diretrizes para a prática da observação de aves, definindo áreas permitidas, restrições e boas práticas.	Alta
Priorizar o credenciamento de interessados em desenvolver, participar e estimular atividades de uso público na APA	Alta
Implementar as trilhas existentes e com potencial para desenvolvimento do Uso Público	Alta
Desenvolver roteiro de visitação incluindo as iniciativas de TBC da APA	Média
Estabelecer critérios e recomendações para o controle e monitoramento do uso público	Média

INFRAESTRUTURA PARA VISITAÇÃO	PRIORIDADE
Inventariar a infraestrutura existente	Muito Alta
Identificar lacunas/necessidades de adequação	Muito Alta
Realizar a identificação e sinalização dos atrativos da UC e entorno	Muito Alta
Melhorar o saneamento básico da APA Lago do Amapá	Muito Alta
Apoiar a criação de estruturas de recepção e acolhimento aos visitantes mínimas, como banheiros e bebedouros	Muito Alta
Revitalizar os ramais/acessos para garantir acesso e acessibilidade	Muito Alta
Implementar iniciativas de fortalecimento da Agricultura Familiar	Muito Alta
Instalar sinalização de orientação sobre a UC e boas práticas nas áreas de visitação (incluir QR Codes)	Alta
Melhorar a infraestrutura e acesso ao Parque Histórico e Ambiental José Plácido de Castro	Alta
Construir estruturas de acesso ao Lago do Amapá	Alta
Implementar sistemas de monitoramento e controle do uso público	Alta
Promover a recuperação dos Igarapés e suas drenagens	Alta
Estabelecer um centro de visitantes	Média
Estimular estruturas de hospedagem na APA	Média
Incentivar a construção de mirantes para observação do território da APA	Média
Melhorar o acesso à internet no território	Média
Garantir acessibilidade aos diferentes públicos aos atrativos	Média

Ampliar a criação de abelhas nativas para visitação e comercialização	Média
Realizar os estudos e projetos de engenharia/arquitetura necessários para implementação da infraestrutura necessária	Média
Estimular que as construções da APA estejam alinhadas aos princípios da sustentabilidade para que possam servir de modelo para os visitantes	Média
Apoiar a formação e capacitação de prestadores de serviços/empreendedores para adequação de estruturas e atendimento	Média
Apoiar a manutenção e adequação dos ramais não pavimentados da APA, em especial aqueles em que são realizadas atividades de visitação	Média

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE	PRIORIDADE
Desenvolvimento de projetos de ecoturismo e turismo rural em propriedades privadas, proporcionando oportunidades de geração de renda sustentável para os proprietários e promovendo a conservação dos recursos naturais	Muito Alta
Elaboração de instrumentos legais e incentivos fiscais que valorizem a conservação ambiental realizada pelos proprietários privados	Muito Alta
Inserir a Amprea nos diálogos das câmaras técnicas empresariais e conselhos municipais e estaduais	Alta
Mapear as oportunidades de cada área privada e a intenção de cada morador para atuar com atividades turísticas/econômicas	Alta
Promover a sensibilização turística e ambiental junto à comunidade por meio do chamamento da associação local e nas atividades nos atrativos locais	Alta
Realizar reuniões com o trade turístico (agências, restaurantes, guias, Sindetur, operadoras) que atuam na área para compartilhar atividades complementares e promover proximidade com os moradores	Alta
Sensibilização e conscientização da comunidade local sobre a importância da conservação ambiental e dos recursos naturais da APA	Alta
Incentivo à adoção de práticas sustentáveis	Alta
Promoção de programas de capacitação e assistência técnica visando o manejo adequado de suas propriedades de forma sustentável	Alta
Estabelecimento de acordos e parcerias para a criação de áreas de conservação particulares dentro da APA, contribuindo para a proteção de ecossistemas e espécies ameaçadas	Alta
Estabelecer um Programa de estágio e voluntariado para apoiar as ações de gestão da APA e da Associação em relação ao uso público	Alta
Identificar os moradores por meio de um cadastro via Amprea e tornar a lista de atores comunitários pública	Média

ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL	PRIORIDADE
Reativar o Conselho Gestor da APA	Muito alta
Criação de uma Câmara Técnica de Uso Público/Turismo de Base Comunitária no Conselho Gestor	Alta
Ocupar outros espaços de participação social associados aos temas do uso público da APA	Alta
Apresentar o Plano de Uso Público da APA para atores interessados	Muito Alta
Promover o engajamento dos proprietários no desenvolvimento e apoio às atividades	Muito Alta
Estabelecer parcerias com proprietários que tenham atrativos em suas áreas	Alta
Estabelecer parceria para conscientização sobre a adoção de práticas sustentáveis na UC	Alta
Estimular campanhas educativas em mídias sociais, blogs, entre outros, apoiando ações sustentáveis como destinação adequada de resíduos e restauração da vegetação nativa	Alta
Elaborar um calendário de eventos e atividades relacionadas ao Uso Público na APA	Alta
Desenvolver o Programa Amigo da APA visando criar uma rede de apoiadores da UC	Média
Promover eventos com públicos variados para ampliar o alcance da UC	Média
Realização de eventos temáticos (fóruns, encontros, feiras etc.)	Média

Estabelecer parcerias estratégicas com órgãos governamentais, como secretarias de meio ambiente, turismo e cultura, visando ações conjuntas para o desenvolvimento do uso público da APA	Média
Realizar reuniões periódicas com instituições de pesquisa e universidades locais para promover a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de estudos e projetos científicos relacionados à conservação e uso público da APA	Média
Promover a participação em redes e fóruns regionais, estaduais e nacionais que tenham afinidade com os objetivos da APA, buscando compartilhar experiências, boas práticas e fortalecer a representatividade da UC	Média
Estabelecer parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e entidades da sociedade civil atuantes na área ambiental e turística, buscando sinergias e cooperação para a implementação de projetos e ações	Média
Estimular a participação em eventos, workshops e capacitações promovidos por instituições parceiras, visando a atualização e o aprimoramento das práticas de gestão da APA	Média
Desenvolver ações de comunicação e sensibilização junto aos agentes públicos e instituições, compartilhando informações sobre a importância da APA e buscando apoio e engajamento para as atividades desenvolvidas	Média
Inserir a APA e seus moradores/proprietários no Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais - SISA, no Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 2.308 de 22/10/2010	Alta

COMUNICAÇÃO	PRIORIDADE
Criar uma estratégia abrangente de marketing digital, incluindo o uso de mídias sociais, blogs, newsletters e outras plataformas online para alcançar o público-alvo e promover a APA.	Muito Alta
Criar estratégias para divulgar os atrativos em plataformas de mídias sociais (Facebook, Instagram, Twitter)	Muito Alta
Estabelecer parcerias com estabelecimentos/veículos de comunicação locais para ampliar a divulgação	Alta
Inserir a visitação da APA em Rotas e Circuitos turísticos regionais	Alta
Desenvolver publicações/guias com linguagem acessível sobre a biodiversidade da APA (Por exemplo: aves, peixes, epífitas etc.)	Alta
Articular para que o visitante de Rio Branco conheça também a APA	Alta
Manter sites e perfis de rede social com informações atualizadas sobre a unidade por parte do gestor público	Alta
Desenvolver identidade visual, com conteúdo atrativo, destacando a beleza e importância da APA	Alta
Criar vídeos e fotografias de alta qualidade que destaque as belezas naturais da APA, atividades recreativas e experiências dos visitantes.	Alta
Identificar influenciadores digitais, como blogueiros de viagem, fotógrafos de natureza e outros criadores de conteúdo, para visitar a APA e compartilhar suas experiências com seus seguidores.	Alta
Estimular programas de fidelidade para os visitantes recorrentes, oferecendo benefícios exclusivos, descontos em atividades, brindes ou acesso prioritário a eventos especiais.	Média
Organizar eventos temáticos sazonais, como o Festival do Amapá, encontros para observação de aves, passeios de caiaque, trilhas guiadas, workshops de fotografia de natureza, entre outros.	Média
Estabelecer parcerias estratégicas com agências de viagens e operadoras turísticas locais e regionais, incluindo a APA Lago do Amapá em seus pacotes de viagem e roteiros turísticos.	Média
Promover campanhas de conscientização ambiental e sustentabilidade, destacando a importância da APA e ações que os visitantes podem adotar para reduzir seu impacto ambiental.	Média
Instalar placas atrativas com imagens cênicas da área da APA: Lago, pássaros, passeio de barco, caiaque	Média

Promover o olhar da comunidade para o público geral nas redes sociais e encontros presenciais como em workshops, feiras e oficinas	Média
Dar visibilidade e apoiar empreendimentos que valorizem a cultura local	Média
Desenvolver estratégias para divulgar a importância das UCs, em especial a APA, bem como as iniciativas de UP e boas práticas ambientais	Média

SEGURANÇA PARA VISITAÇÃO	PRIORIDADE
Estabelecer parceria com os órgãos de Segurança Pública para policiamento 24 horas	Muito Alta
Estimular a criação de pontos de acesso à internet na APA	Muito Alta
Garantir a melhoria dos acessos e ramais	Muito Alta
Implementar um sistema de controle de acesso para monitorar o número de visitantes	Muito Alta
Adotar o uso de tecnologias, como aplicativos ou sensores, para facilitar a gestão do fluxo de visitantes	Muito Alta
Incentivar a instalação de um Centro Integrado e Internacional com funcionamento 24 hs que incorpore agentes da segurança pública e do atendimento ao turista. Privilegiar uma construção sustentável que dialogue com as questões ambientais.	Alta
Melhorar a sinalização da APA	Média
Implementar sistemas de monitoramento por câmeras em pontos estratégicos da APA e drones	Alta
Realizar patrulhas periódicas nas trilhas e áreas de maior movimentação, garantindo a presença de agentes de segurança. Apoiar a instalação de barreiras e pontos de fiscalização.	Alta
Estabelecer parcerias com a Polícia Ambiental e outras forças de segurança para realizar operações conjuntas de combate a crimes ambientais e garantir a segurança dos visitantes.	Média
Realizar campanhas de conscientização sobre segurança, informando os visitantes sobre os riscos e medidas preventivas a serem adotadas.	Média
Promover a capacitação e treinamento dos atores que atuam na APA em primeiros socorros, técnicas de resgate e segurança.	Média
Implementar sistemas de iluminação adequados em áreas de maior circulação de visitantes, aumentando a visibilidade e a sensação de segurança.	Baixa
Estabelecer protocolos de emergência e planos de contingência em caso de situações de risco, como incêndios florestais ou enchentes.	Baixa
Realizar ações de educação ambiental voltadas para a conscientização da importância da segurança na área protegida e dos cuidados a serem adotados pelos visitantes.	Baixa
Desenvolver planos de contingência para emergências	Média

CAPTAÇÃO DE RECURSOS	PRIORIDADE
Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, órgãos governamentais, empresas e instituições de ensino para fortalecer a organização local e obter apoio técnico e financeiro.	Muito Alta
Desenvolver projetos e propostas alinhados com os objetivos de conservação e desenvolvimento sustentável da APA, buscando parcerias e financiamento para sua implementação.	Muito Alta
Elaborar de projetos e propostas destacando os benefícios educacionais, recreativos e de conservação da APA.	Alta
Realizar reuniões e workshops para obter feedback da comunidade, envolvendo moradores na identificação de necessidades.	Alta
Criar programas de capacitação e formação de lideranças locais, visando fortalecer as habilidades de gestão e captação de recursos.	Alta
Criar programa para adoção de trilhas e atrativos por empresas ou grupos, promovendo manutenção e conservação.	Alta
Organizar eventos temáticos e campanhas online para arrecadar fundos para o programa.	Alta
Estabelecer programa de apoio com benefícios exclusivos para apoiadores.	Alta
Criar e vender produtos relacionados à APA como fonte adicional de captação de recursos.	Alta

Incentivar parcerias com empreendedores locais para contribuições financeiras ou de recursos.	Alta
Promover acesso ao crédito para empreendedores locais interessados no apoio ou desenvolvimento de iniciativas.	Alta
Criar grupo de trabalho dedicado à captação, abordando estratégias específicas como emendas parlamentares, fundos e editais.	Alta
Formar rede com parceiros estratégicos, incluindo empresas, ONGs e instituições de pesquisa para fortalecer ações.	Alta
Colaborar com instituições locais como IFAC, UFAC e Sebrae para promover capacitação e desenvolvimento na área.	Alta
Estabelecer fóruns de diálogo e espaços de discussão entre os representantes da dimensão urbana e rural da APA	Média

MONITORAMENTO E PESQUISA EM USO PÚBLICO	PRIORIDADE
Realizar monitoramento contínuo dos impactos da visitação nas vertentes física, ambiental e socioeconômica da APA.	Muito Alta
Conduzir pesquisa para entender o perfil e a experiência dos visitantes, identificando padrões de comportamento e preferências.	Muito Alta
Implementar programas de repovoamento direcionados a grupos taxonômicos importantes.	Alta
Criar mecanismo de apoio e registro de projetos desenvolvidos na APA.	Alta
Estabelecer parcerias formais com instituições de ensino e pesquisa, como Instituto Federal do Acre, Universidade Federal do Acre e Sebrae.	Alta
Desenvolver e aplicar programas ciência cidadã para a comunidade local, promovendo o engajamento na conservação da APA.	Média
Criar estratégias de popularização científica para os visitantes, destacando a relevância da conservação e as práticas sustentáveis durante a visita.	Média
Desenvolver indicadores de desempenho para avaliar a eficácia das ações de monitoramento e pesquisa ao longo do tempo.	Baixa
Implementar sistemas de avaliação periódica para ajustar as estratégias com base nos resultados obtidos.	Baixa

Fonte: Plano de Uso Público (2023).

6 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE USO PÚBLICO COMPLEMENTARES AO PLANO DE USO PÚBLICO

Abaixo são listadas as necessidades de instrumentos de gestão de uso público (protocolos, programas, projetos, estudos e atos normativos específicos), que após aprovação passam a compor o portfólio de planejamento da visitação da APA Lago do Amapá.

- Programa de Interpretação Ambiental
- Programa de Monitoramento da Visitação
- Programa de capacitação
- Editais de credenciamento/delegação
 - Trilhas / Caiaque
 - Observação de aves
 - Comércios / Restaurantes
- Portaria normativa específica
 - Praias e navegação no Rio Acre
- Protocolo de gestão de segurança
- Protocolo operacional de atividades de visitação
- Projeto de manejo de trilhas
- Projeto de Sinalização de Trilhas
- Estudos de Viabilidade Econômica

Em anexo ao Plano são apresentadas minutas de portarias para ordenamento das atividades na APA Lago do Amapá. Entre as atividades que foram identificadas como necessárias para conter alguma normatização estão: trilhas, caiaque, observação de aves, uso das praias, turismo náutico, credenciamento de operadores e guias de turismo, Programas de Turismo Sustentável de Base Comunitária e Empreendimentos Amigos da APA.

A seguir são apresentadas as sugestões de minutas elaboradas pelo consultor. Em alguns casos foi sugerida uma minuta para instituição de Programas e posterior credenciamento de interessados em participar do mesmo.

6.1 MINUTA DE PORTARIA DE ORDENAMENTO DA ATIVIDADE DE TRILHAS E CAIAQUE NA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a APA Lago do Amapá é um dos importantes atrativos turísticos do município de Rio Branco;

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovada em 2023;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores

interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a necessidade de promover o ordenamento e a segurança das atividades de trilhas e caiaque na APA Lago do Amapá, bem como garantir a conservação ambiental e o envolvimento da comunidade local, fica estabelecida a seguinte regulamentação:

Artigo 1º - Autorização e estímulo para trilhas e atividades náuticas

1.1 Ficam autorizadas e serão estimuladas o desenvolvimento de trilhas e atividades aquáticas, como passeios de barco, caiaque e stand-up paddle, na APA Lago do Amapá.

Artigo 2º - Uso de equipamentos de proteção individual e diretrizes para caiaque, passeios de barco e stand-up paddle

2.1. Os praticantes de atividades náuticas na APA Lago do Amapá, como caiaque, passeios de barco e stand-up paddle, deverão utilizar obrigatoriamente colete salva-vidas em todas as idades e níveis de experiência, durante a realização da atividade. Os coletes salva-vidas devem estar em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos pelas autoridades competentes e serem devidamente ajustados ao tamanho e ao peso do praticante. O colete salva-vidas deve ser vestido de maneira adequada e devidamente fechado antes de entrar na água, e deve ser mantido em uso durante toda a duração da atividade.

2.2. Outros equipamentos recomendados:

2.2.1. É recomendado que os praticantes de atividades náuticas considerem a utilização dos seguintes equipamentos para garantir sua segurança: roupas adequadas, blusas de manga longa, óculos escuros, boné ou chapéu, repelente, bloqueador solar, sapatilhas para atividades aquáticas.

2.2.1. As atividades náuticas como caiaque, passeios de barco e stand-up paddle serão, preferencialmente, realizadas por pessoas/empresas credenciadas pelo poder público, que contarão com as documentações necessárias e conforme as normas vigentes.

Artigo 3º - Diretrizes e recomendações para as trilhas na APA Lago do Amapá.

- 3.1. Os praticantes de trilhas na APA Lago do Amapá deverão utilizar calçados e roupas adequadas como tênis ou botas para caminhada.
- 3.2. Os visitantes deverão seguir as orientações do condutor/guia durante o briefing, adotar uma conduta ambiental e sustentável durante a atividade.

Artigo 4º - Condutor local de visitantes

- 4.1. Tanto para a atividade de trilhas como para atividades náuticas a serem operadas, será recomendada a presença de condutores locais de visitantes, responsáveis por orientar e garantir a segurança dos visitantes.

Artigo 5º - Cursos de capacitação em primeiros socorros

- 5.1. Os condutores responsáveis pelas atividades de trilhas e atividades náuticas na APA deverão possuir certificação em cursos básicos de capacitação em primeiros socorros, garantindo a assistência adequada em casos de emergência.

Artigo 6º - Protocolos de segurança e infraestruturas

- 6.1. A SEMA e pessoas/empresas credenciadas deverão estabelecer e difundir protocolos de segurança que garantam a integridade física dos visitantes e a conservação do ambiente.
- 6.2. Deverá ser estimulada e providenciada infraestrutura para melhorar a segurança e o conforto dos visitantes, como o manejo de trilhas e pontos de apoio ao longo dos rios.

Artigo 7º - Parceria público-privada e envolvimento da comunidade

- 7.1. Será incentivada a criação de parcerias público-privadas para o desenvolvimento das atividades de trilhas e turismo náutico, visando o uso sustentável dos recursos naturais e o retorno financeiro para a comunidade local.
- 7.2. Proprietários de terras serão convidados a participar das atividades, gerando benefícios pelas atividades exploradas em suas propriedades.

7.3. A comunidade local será envolvida como condutores das atividades, além da oferta de serviços, como venda de lanches, artesanatos e narrativas sobre a região e a APA.

Artigo 8º - Regras de fiscalização

8.1. Serão estabelecidas regras de fiscalização para garantir o cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas nesta Portaria.

8.2. Caberá aos condutores, operadores e guias de turismo apresentar os documentos comprobatórios da autorização para acesso e utilização de áreas particulares com atrativos dentro da APA.

Artigo 9º - Sensibilização e formação

9.1. Serão realizadas ações de sensibilização e formação junto à comunidade e aos envolvidos nas atividades, destacando a importância da conservação ambiental, do apoio aos produtores locais e da valorização da cultura regional.

9.2. A SEMA, em parceria com instituições parceiras e demais stakeholders, deverão buscar meios para desenvolver e implementar as ações de Capacitação e Formação previstas no Plano de Uso Público, em especial aquelas prioritárias para moradores locais sobre turismo sustentável de base comunitária, conservação e sustentabilidade.

Artigo 10º - Publicidade e divulgação

10.1. As pessoas/empresas credenciadas para realizar atividades como trilhas e turismo náutico pela SEMA terão suas informações como contatos e atividades autorizadas divulgadas nas páginas oficiais e poderão realizar publicidade e divulgação das atividades, ressaltando que possuem autorização.

Artigo 11º - Penalidades

11.1. O descumprimento das diretrizes e regras estabelecidas nesta Portaria acarretará penalidades como o descredenciamento do infrator.

Artigo 12º - Credenciamento

12.1. Fica estabelecido que os interessados em operar ou conduzir atividades de trilhas e turismo náutico na APA Lago do Amapá deverão realizar o credenciamento junto ao poder público.

Artigo 13º - Vigência

13.1. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.2 EDITAL DE CHAMAMENTO/ORIENTAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO DE CONDUTORES, GUIAS E OPERADORES DE TURISMO APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, torna público o presente Edital para o credenciamento de guias e operadores de turismo interessados em operar na referida Área de Proteção Ambiental.

OBJETIVO

1.1. O presente edital/orientações tem como objetivo credenciar condutores, guias e operadores de turismo para atuar na APA Lago do Amapá, com a finalidade de promover o turismo sustentável e o uso consciente dos recursos naturais, contribuindo para a conservação do meio ambiente e a valorização da cultura local.

ATIVIDADES HABILITADAS PARA CREDENCIAMENTO

1.2. As atividades habilitadas para credenciamento são:

- a) Observação de aves;
- b) Trilhas;
- c) Passeios de barco;
- d) Atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios de caiaque e stand up paddle;
- e) Turismo sustentável de base comunitária.

REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Podem se candidatar ao credenciamento pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Ser maior de 18 anos, no caso de pessoa física;
- 2.1.2. Estar devidamente registrado no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), no caso de pessoa jurídica;
- 2.1.3. Possuir as certificações e cadastros necessários nos órgãos competentes para exercer as atividades turística;
- 2.1.4. Comprovar a contratação de seguro de responsabilidade civil para cobertura das atividades turísticas;
- 2.1.5. Apresentar documento que contemple as atividades a serem desenvolvidas na

APA Lago do Amapá, destacando os locais, estruturas utilizadas, acordos/autorizações de proprietários, períodos e dias previstos para execução, o público estimado e as ações de sustentabilidade e conservação ambiental que serão adotadas;

- 2.1.6. Estar em dia com as obrigações fiscais e tributárias;
- 2.1.7. Respeitar e cumprir as normas e regulamentos estabelecidos pela SEMA;
- 2.1.8. Ter participado do processo de capacitação fornecido pela UC e/ou demonstrar conhecimento sobre os recursos e valores da UC e capacidade de oferecer serviços de qualidade, garantindo a segurança e satisfação dos visitantes;

DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS

- 3.1. Os condutores, guias e operadores de turismo credenciados deverão:
 - 3.1.1. Fornecer informações para o monitoramento visando acompanhar o número de visitantes e avaliar o impacto das atividades na APA;
 - 3.1.2. Respeitar regulamentos e normas específicas para cada atividade turística, incluindo restrições, requisitos de segurança e boas práticas;
 - 3.1.3. Respeitar as normas de conduta estabelecidas no Plano de Manejo da UC, incluindo aquelas estabelecidas para os visitantes, trilhas e observação de aves;
 - 3.1.4. Incentivar ativamente o envolvimento da comunidade local, estimulando a participação da associação e empreendedores locais, promovendo o turismo comunitário e sustentável;
 - 3.1.5. Contribuir para a fiscalização para garantir o cumprimento das regulamentações e normas estabelecidas.

INSCRIÇÕES E PRAZOS

- 4.1. As inscrições para o credenciamento deverão ser realizadas no período de [Data de Início] a [Data de Encerramento], das [Horário de Início] às [Horário de Encerramento]. Ou As inscrições para o credenciamento serão realizadas em fluxo contínuo.
- 4.2. As inscrições deverão ser entregues presencialmente no endereço:
[inserir endereço].

SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dos condutores, guias e operadores de turismo será realizada por uma comissão designada pela SEMA, que avaliará os documentos apresentados e a adequação às atividades propostas;

5.2. A divulgação da relação das solicitações deferidas será feita no dia [Data de Divulgação] no site oficial da SEMA e por meio de comunicação direta com os selecionados.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 6.1. O credenciamento terá validade de [número] anos, podendo ser renovado mediante avaliação do desempenho e cumprimento das normas durante o período de atuação.
- 6.2. A prestação de serviços pelos condutores, guias e operadores de turismo credenciados estará sujeita à fiscalização da SEMA.
- 6.3. A SEMA reserva-se o direito de revogar o credenciamento em caso de descumprimento das regras previamente estabelecidas.
- 6.4. Casos omissos serão resolvidos pela comissão de seleção designada pela SEMA.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.3 MINUTA DE PORTARIA PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA NA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre, no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovado em 2023;

CONSIDERANDO que o Plano de Manejo estabeleceu como uma de suas missões contribuir para a melhoria de vida de seus habitantes e valorizar os aspectos histórico-culturais da região;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a importância do turismo sustentável de base comunitária como uma ferramenta para valorização da APA Lago do Amapá e a inclusão da comunidade local no processo de conservação e desenvolvimento econômico, torna-se necessário estabelecer diretrizes e regras para a prática do turismo na região.

Artigo 1º - Objetivo

1. Esta Portaria tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras para o desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá, envolvendo a comunidade local no processo de articulação e gestão do turismo na região.

1.1 A visitação em comunidades locais, de acordo com o Artigo I, será realizada de forma a valorizar a cultura, o modo de vida e os costumes das comunidades residentes na UC.

1.2 Será estimulada a participação das comunidades locais na condução de visitantes e na oferta de serviços de alimentação, hospedagem, artesanato e atividades culturais, com o intuito de fortalecer o Turismo de Base Comunitária e gerar renda para os moradores.

1.3 Os moradores interessados serão envolvidos nas atividades de educação ambiental e sensibilização dos visitantes sobre a importância da conservação da natureza e o respeito às culturas e costumes locais.

1.4 Será estimulada a comercialização de produtos confeccionados pelas comunidades, como artesanato, com o objetivo de valorizar as expressões culturais e gerar renda para os artesãos locais.

1.5 Será estimulada a oferta de Roteiros Socioculturais e integração da visitação com a cultura local.

Artigo 2º - Conscientização e capacitação

2. O Programa deverá promover ações de capacitação e formação voltadas para a comunidade local, visando o entendimento dos princípios do turismo sustentável de base comunitária e sua importância para a APA.

2.1 Serão estimuladas a realização de atividades de formação, palestras e oficinas, de modo a engajar a comunidade nos propósitos da UC.

2.2 Será fomentada a participação ativa da comunidade local nas decisões e planejamentos relacionados ao turismo na região.

2.3 Será incentivado o intercâmbio entre as comunidades locais, com o objetivo de promover a troca de conhecimentos, culturas e experiências.

Artigo 3º - Diretrizes e regras

3. As atividades de Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá deverão observar as diretrizes estabelecidas nos documentos de referência do ICMBio.

3.1 Os visitantes deverão respeitar as regras estabelecidas pelas comunidades e moradores, tais como não levar bebidas alcoólicas, contratar a alimentação oferecida pela comunidade e respeitar as culturas e costumes locais.

3.2 A visitação em áreas privadas será realizada mediante autorização prévia e os acordos estabelecidos com o proprietário.

3.3. Entre as diretrizes o TBC estão:

As diretrizes do Turismo de Base Comunitária do ICMBio

- Considerar a manifestação de interesse das comunidades como fator precedente para a construção das iniciativas de TBC.
- Avaliar o nível de organização social, formal ou informal, das comunidades para definir a estratégia para o estabelecimento das iniciativas de TBC.
- Garantir condições apropriadas para que as comunidades sejam protagonistas na gestão do TBC, participando efetivamente da concepção, implementação, monitoramento e avaliação da atividade.
- Considerar como será a gestão comunitária da iniciativa, a repartição dos benefícios, o tipo e a intensidade de interação que se deseja com os visitantes e

os possíveis impactos, positivos e negativos, da atividade aos seus modos de vida.

- Garantir espaços e condições adequadas para a participação do conselho gestor da UC durante o processo de concepção, implementação, monitoramento e avaliação da iniciativa de TBC.
- Incentivar o serviço voluntário nas UC, visando a contribuição e participação da sociedade nas atividades de TBC.
- Buscar parcerias com instituições públicas, privadas, da sociedade civil organizada, e de ensino e pesquisa para promover a implementação e manutenção das iniciativas de TBC.

Diretrizes para qualificar a experiência das comunidades e dos visitantes

- Integrar as ações propostas para a iniciativa de TBC com as demais atividades econômicas, modos de vida, saberes e cultura dos povos e comunidades locais envolvidos, bem como com a realidade socioeconômica do entorno.
- Incentivar programas de formação e educação continuada voltados para os povos e comunidades locais, servidores do Instituto Chico Mendes, parceiros e demais atores envolvidos com a iniciativa de TBC.
- Integrar as ações educativas e de formação previstas no TBC com os conteúdos dos Programas de Educação Ambiental e de Pesquisa da UC.
- Privilegiar a aprendizagem vivencial na construção da iniciativa de TBC, valorizando o aprender-fazendo.
- Adotar mecanismos para o monitoramento de impactos da visitação, incluindo ferramentas que permitam avaliar a gestão socioambiental da iniciativa de TBC, a satisfação do visitante e das comunidades receptoras, buscando o compartilhamento dos resultados com todos os atores envolvidos.
- Buscar metodologias que tenham por objetivo a diversificação de espaços, paisagens e propostas interpretativas, no intuito de enriquecer a experiência do visitante e das comunidades locais.

Diretrizes para contribuir com a gestão e os objetivos de criação das UC

- Planejar e gerir a iniciativa de TBC em consonância com os objetivos de criação das UCs, com os instrumentos de gestão previstos para cada categoria e programas de manejo existentes, bem como com as demais normatizações vigentes.

- Respeitar o zoneamento da UC e considerar os diagnósticos, as pesquisas científicas e os saberes locais para a identificação das potencialidades e fragilidades para a implementação das iniciativas de TBC, bem como para a definição de normas para a visitação.
- As iniciativas de TBC nas áreas em sobreposição com terras indígenas e territórios tradicionais de povos remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais deverão reconhecer e considerar os instrumentos de gestão territorial e ambiental próprios dessas áreas protegidas, garantindo a consulta prévia, livre e informada a esses povos.
- As iniciativas de TBC devem favorecer o estabelecimento de um compromisso com a conservação socioambiental e proteção da UC como um todo e não apenas das áreas diretamente visitadas, buscando, sempre que possível, envolver as comunidades locais na gestão das áreas protegidas.
- Ética: Todas as atividades turísticas devem pautar-se por princípios éticos, respeitando a cultura local, os recursos naturais e a comunidade.
- Inovação: Serão incentivadas práticas inovadoras que promovam o desenvolvimento sustentável e a valorização da APA.
- Sustentabilidade: As atividades turísticas devem ser ambientalmente sustentáveis, buscando a conservação do meio ambiente, a justiça social e o desenvolvimento econômico da comunidade.
- Infraestrutura: A infraestrutura para o turismo deverá ser planejada de forma a causar o menor impacto possível no ambiente natural, priorizando soluções sustentáveis.
- Diversidade: O turismo sustentável de base comunitária deve contemplar investimentos de pequeno, médio e grande porte, buscando a diversificação de atividades para atender diferentes perfis de visitantes.
- Higiene: Serão estabelecidas regras para garantir a higiene adequada nas atividades turísticas, visando a saúde e o bem-estar dos visitantes e da comunidade local.
- Meios e Corpos Hídricos: As atividades turísticas devem ser desenvolvidas de forma a preservar os meios e corpos hídricos da APA, evitando a poluição e o desperdício de recursos naturais.
- Normas ambientais e fundiárias: Todas as atividades turísticas deverão respeitar

as normativas ambientais e fundiárias estabelecidas no âmbito nacional, estadual e municipal.

- Geração de Renda: O turismo sustentável de base comunitária deverá ser uma fonte de geração de renda para a comunidade local, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Artigo 4º - Mapeamento e desenvolvimento de projetos piloto

4. Serão mapeadas as potencialidades da região e identificadas as pessoas interessadas em desenvolver atividades características do Turismo de Base Comunitária.
 - 4.1. Serão desenvolvidos projetos piloto em locais estratégicos previamente mapeados, com o apoio do poder público e da comunidade.
 - 4.2. Os empreendimentos comunitários serão credenciados através de edital específico publicado pela SEMA.

Artigo 5º - Parcerias com empreendedores locais

5.1 Serão estabelecidas parcerias com instituições municipais, estaduais, federais, não governamentais e internacionais para apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades, fortalecendo suas atividades culturais e econômicas.

5.2 As parcerias com instituições públicas e privadas serão estabelecidas de forma a garantir a proteção ambiental, a valorização cultural e o respeito aos direitos e interesses das comunidades e moradores.

5.3 Serão estimuladas, as parcerias entre os proprietários de empreendimentos locais e os empreendedores do turismo sustentável, visando a oferta de serviços de qualidade e a conservação ambiental.

5.4 Será criado um selo de “Amigo da APA” para reconhecer e valorizar os estabelecimentos que adotem práticas sustentáveis e apoiem a APA.

Artigo 6º - Iniciativas Comunitárias

6.1 As iniciativas comunitárias credenciadas pela SEMA serão valorizadas e apoiadas pelo poder público, buscando sua integração no Circuito de Uso Público da APA.

6.2 Será estimulado o desenvolvimento das iniciativas para atividades de visitação, promovendo o contato entre moradores e visitantes.

Artigo 7º - Empreendimentos da APA

7.1. Serão estimuladas parcerias entre os empreendimentos e a comunidade local para o desenvolvimento do turismo sustentável.

7.2. Os empreendimentos da APA Lago do Amapá serão incentivados a adotar práticas sustentáveis e a divulgar informações relacionadas à APA e ao Turismo comunitários, promovendo a conservação ambiental e a valorização dos recursos naturais.

Artigo 8º - Fiscalização e monitoramento

8.1 Será realizada a fiscalização e o monitoramento das atividades de visitação, garantindo o cumprimento das regras estabelecidas e a proteção ambiental e cultural da região.

8.2 A fiscalização contará com a participação das comunidades locais, visando o fortalecimento da gestão participativa e o controle social das atividades turísticas.

8.3. Fica autorizada a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação das ações propostas nesta portaria, composto por representantes da SEMA, representantes das iniciativas comunitárias, Associação de Moradores e Produtores Rurais da Estrada do Amapá (AMPREA), operadores de turismo e outros atores envolvidos.

Artigo 9º - Vigência

9.1. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.4 EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA NA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Plano de Manejo e de Uso Público da APA Lago do Amapá, torna público o presente Edital para o chamamento de interessados em participar do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária na referida Área de Proteção Ambiental.

OBJETIVO

1.1. O presente edital tem como objetivo selecionar e cadastrar interessados em participar do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá, com o propósito de promover o turismo responsável, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico sustentável da comunidade local.

REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Podem se candidatar e participar do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá as pessoas físicas e jurídicas que atendam aos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Ser morador da região abrangida pela APA Lago do Amapá;
- 2.1.2. Ter interesse em desenvolver atividades turísticas sustentáveis que valorizem a cultura local e promovam a conservação da sociobiodiversidade;
- 2.1.3. Comprometer-se em seguir as diretrizes e regras estabelecidas no Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá;
- 2.1.4. Demonstrar capacidade de oferecer serviços de qualidade e respeitar os princípios éticos do turismo sustentável.

INSCRIÇÕES E PRAZOS

3.1. As inscrições para participar do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá deverão ser realizadas no período de [Data de Início] a [Data de Encerramento], das [Horário de Início] às [Horário de Encerramento]. Ou 3.1. As inscrições para participar do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária na APA Lago do Amapá serão realizadas em fluxo contínuo.

3.2. As inscrições poderão ser feitas presencialmente no endereço:

XXXXX

Ou enviadas por correio para o mesmo endereço.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO

4.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos para inscrição no Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária:

4.1.1. Pessoa Física: a) Documento de identificação (RG ou CNH); b) Cadastro de Pessoa Física (CPF); c) Comprovante de residência.

4.1.2. Pessoa Jurídica: a) Contrato Social ou Estatuto da empresa; b) CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas); c) Comprovante de endereço da empresa.

4.1.3. Documento contendo as atividades e serviços que serão oferecidos pelo empreendimento comunitário.

SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

5.1. A seleção dos participantes do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária será realizada por uma comissão designada SEMA contendo representantes do Conselho Gestor da UC, que avaliará os documentos apresentados e o alinhamento com os propósitos do programa.

5.2. A divulgação dos selecionados será feita no dia [Data de Divulgação] no site oficial da SEMA e por meio de comunicação direta com os escolhidos.

OBRIGAÇÕES E DEVERES DA SEMA:

6.1. A SEMA compromete-se a oferecer orientações e assistência aos participantes do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária, auxiliando-os na compreensão e aplicação das diretrizes estabelecidas no Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá.

6.2. Será realizado o monitoramento regular das atividades desenvolvidas no âmbito do programa, a fim de avaliar o cumprimento das diretrizes estabelecidas e o impacto das atividades na conservação ambiental e na comunidade local.

6.3. A SEMA empenhará esforços para promover e divulgar as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária.

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os participantes selecionados serão cadastrados no Programa de Turismo Sustentável de Base Comunitária e receberão orientações sobre as atividades a serem desenvolvidas na APA Lago do Amapá.

7.2. Os participantes terão seus contatos e informações divulgados gratuitamente nos veículos de comunicação oficiais da SEMA.

7.3. Casos omissos serão resolvidos pela comissão de seleção designada pela SEMA.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.5 MINUTA DE PORTARIA DE REGULAMENTAÇÃO DA OBSERVAÇÃO DE AVES E VIDA SELVAGEM NA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e na Instrução Normativa nº 14/2018, de Observação de Aves do ICMBio;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a APA Lago do Amapá a região possui uma rica avifauna, com 317 espécies registradas, o que representa 44% de todas as espécies do Acre, se destacando como rota de espécies migratórias e área de alimentação e reprodução.

CONSIDERANDO que a atividade de observação de aves, conhecida como Birdwatching, tem ganhado destaque na região e pode ser uma alternativa de conservação ambiental e geração de renda para os moradores.

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovado em 2023;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a relevância da atividade de observação de aves como potencial atrativo para o turismo sustentável, conservação ambiental e geração de renda para os moradores da APA Lago do Amapá, localizada no município de Rio Branco, estado do Acre, fica estabelecida a seguinte regulamentação:

Artigo 1º - A prática da observação de aves e da vida selvagem no interior da APA Lago do Amapá está autorizada, sendo estimulada a criação e manutenção de rotas e locais de observação na UC.

- 1.1. As rotas serão definidas em conjunto com especialistas em avifauna, operadores de turismo, proprietários e comunidade local e órgãos públicos;
- 1.2. A prática de observação de aves e da vida selvagem deverá respeitar o zoneamento da APA indicado no respectivo plano de manejo, devendo acessar apenas as áreas permitidas para visitação, respeitando os procedimentos de operação e normas vigentes, que deverão ser consultados previamente.
- 1.3. A prática de observação de aves e vida selvagem poderá ser autorizada pela chefia da UC fora do período de funcionamento regular.
- 1.4. As pessoas/empresas que tenham interesse em realizar a atividade na APA deverão realizar o credenciamento junto ao poder público.
- 1.5. O objetivo do cadastramento indicado no caput do artigo se destina a subsidiar as ações de monitoramento da atividade e conhecer melhor o perfil e necessidades dos praticantes.
- 1.6. Aos visitantes e operadores, é recomendada a contratação de condutores locais de visitantes credenciados com especialidade em observação de aves.
- 1.7. Com o objetivo de proporcionar uma melhor experiência aos visitantes e prolongar a permanência na região, será incentivada a implantação de infraestrutura de apoio à observação da fauna, tais como torres de observação e hospedagem local, desde que

respeitados os limites e diretrizes de sustentabilidade estabelecidos pelo Plano de Manejo da APA.

Artigo 2º - Acordos de uso e sensibilização dos moradores e proprietários

- 2.1. Serão realizados diálogos com os oradores e proprietários privados da APA para apresentar as oportunidades da realização das atividades assim como os benefícios ambientais e econômicos;
- 2.2. Serão incentivados os acordos de uso para a implementação das rotas de observação de aves e da vida selvagem em áreas privadas.
- 2.3. Caberá aos proprietários e responsáveis pela realização das atividades estabelecer os acordos, como pagamento de taxa de acesso, manutenção de trilhas, monitoramento etc.

Artigo 3º - Monitoramento e catalogação

- 3.1. O responsável pela condução da atividade junto a um grupo deverá apresentar relatório e encaminhar informações da observação para gestão através de plataforma a ser desenvolvida;
- 3.2. Os observadores serão estimulados a publicar os registros das espécies da APA em repositórios online;
- 3.3. Será estimulada a adoção de plataformas online de ciência cidadão para a catalogação das espécies presentes na APA, com o auxílio de especialistas;
- 3.4. O resultado da catalogação estará disponível para consulta pública, contribuindo para o conhecimento e conservação da biodiversidade da região.
- 3.5. O Programa de Pesquisa e monitoramento do uso público da APA deve incentivar a realizar de estudos de avaliação dos impactos da atividade na UC.

Artigo 4º - Capacitação e envolvimento da comunidade

- 4.1. Serão promovidos curso, exposições, palestras e atividades educativas sobre a avifauna e outras espécies de interesse da APA Lago do Amapá para a comunidade local, visando despertar o interesse pela conservação e valorização das aves presentes na região.
- 4.2 Sempre que possível as comunidades interessadas serão envolvidas na definição das ações relacionadas à observação de aves, a fim de garantir o envolvimento e participação de todas as partes interessadas.

Artigo 5º - Regras para observação de aves e da vida selvagem

5.1. É permitido o uso de “playback”, pios, imitação e outras técnicas de atração sonora, desde que o usuário informe antecipadamente à Unidade de Conservação e respeite as boas práticas de realização da atividade assim como o Código de Ética do CEMAVE para o Observador de Aves, disponível no sítio do ICMBio.

5.2. O uso de técnicas de atração de aves próximo a ninhos ativos conhecidos é proibido.

5.2.1. O uso de técnicas de atração sonora poderá sofrer restrições locais mediante parecer técnico emitido pela gestão da Unidade de Conservação, baseado em resultados do monitoramento dos impactos da visitação.

5.3. O uso de comedouros como forma de oferta de alimentação para atração de aves deverá ser regulamentado pela gestão da Unidade de Conservação como recomendação para proprietários particulares, respeitadas as restrições dos planos de manejo, outras normativas no que couber e o Código de Ética do Observador de Aves do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres.

5.4. O descumprimento das proibições estabelecidas neste regulamento poderá ser considerado como molestamento a fauna e estará sujeito a penalidades previstas na legislação vigente.

Artigo 6º - Fiscalização das capturas de animais

6.1. Fica proibida a captura de espécies para utilização na atividade de observação. A fiscalização será intensificada para garantir o cumprimento desta medida e coibir qualquer prática ilegal que ameace a avifauna da APA.

Artigo 7º - Vigência e implementação

7.1. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e as medidas aqui estabelecidas devem ser implementadas de forma gradual e alinhada com o Plano de Manejo da APA Lago do Amapá.

Artigo 8º - Disposições finais

8.1. Será estimulada a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação das ações propostas nesta portaria, composto por representantes da SEMA, dos moradores, condutores locais, operadores de turismo, guias de observação e

outros atores envolvidos.

8.2. Os casos omissos serão decididos pelo Departamento de Unidades de Conservação

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.6 MINUTA DE PORTARIA DO PROGRAMA AMIGOS DA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre, no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovado em 2023;

CONSIDERANDO que o Plano de Manejo estabeleceu como uma de suas missões contribuir para a melhoria de vida de seus habitantes e valorizar os aspectos histórico-culturais da região;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a importância dos empreendedores e atores locais da região em que a APA está inserida e sua relação como uma ferramenta para valorização da UC e seu entorno;

CONSIDERANDO a importância da participação dos diversos setores da sociedade civil, das parcerias com empreendedores, comerciantes, empresários, respeitando as regras locais e a valorização das culturas e costumes das comunidades locais, a SEMA estabelece as seguintes orientações e diretrizes para o Programa Amigos da APA Lago do Amapá:

Artigo 1º - O Programa Amigos da Amigo da APA Lago do Amapá tem como objetivo fortalecer a cadeia do turismo, favorecer os empreendedores locais, reconhecer a contribuição de restaurantes e comércios que valorizem a culinária regional e promovam a venda de produtos locais, promover a sustentabilidade, controlar o acesso à área, incentivar o manejo sustentável da flora e desenvolver a identidade do turismo local.

1.1. Os restaurantes e comércios localizados na APA Lago do Amapá são encorajados a oferecer aos clientes um roteiro de degustação da culinária regional, destacando os produtos locais, como cervejas artesanais, doces, bebidas, caldo de cana, mel, queijo e biscoitos, comercializados pelo produtor rural com o selo do produto da APA.

Artigo 2º - O Programa estimulará a celebração de parcerias entre atores relacionados ao setor turístico para a promoção da APA Lago do Amapá como destino ecoturístico.

2.1. Serão estabelecidas estratégias para divulgar os restaurantes e comércios que apoiam a APA, valorizam a culinária regional e promovem produtos da comunidade.

2.2. Ações de sensibilização serão realizadas junto aos empresários da região, destacando a importância da conservação ambiental, do apoio aos produtores locais e da valorização da culinária regional.

Artigo 3º - Serão estimulados e priorizados os empreendedores locais para fornecimento de serviços e produtos relacionados ao turismo na região da APA.

3.1. Os restaurantes localizados na APA Lago do Amapá são incentivados a adquirir produtos da comunidade da APA para serem comercializados para os clientes, incluindo peixe, galinha caipira, frutos e outros produtos regionais.

3.2. Os restaurantes serão encorajados a oferecer aos clientes orientações sobre a APA e do Programa de Uso Público.

Artigo 4º - Os interessados em receber o selo Amigo da APA Lago do Amapá deverão apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, visando minimizar os impactos ambientais.

Artigo 5º - Serão estabelecidas parcerias para facilitar o acesso a recursos/crédito para os empreendimentos Amigos da APA que estejam interessados em desenvolver projetos turísticos sustentáveis.

Artigo 6º - Serão envidados esforços para oferecer incentivos fiscais para empreendimentos que contribuam para a implementação de infraestrutura turística de forma sustentável na APA.

Artigo 7º - Os Amigos da APA deverão promover o uso sustentável dos recursos locais, incentivando práticas sustentáveis que garantam a conservação dos recursos naturais.

7.1. Os empreendimentos localizados na APA Lago do Amapá serão incentivados a se comprometer com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU, adotando práticas sustentáveis e se comprometendo com a conservação ambiental, podendo receber o selo de "Empreendimento Amigo da APA".

7.2. Será estimulado que a Associação de Moradores estabeleça parcerias com os

restaurantes para a realização de ações envolvendo a comunidade, promovendo a interação entre visitantes e moradores locais.

Artigo 8º - O selo Amigo da APA será estabelecido para o município onde a APA está inserida e reconhecerá as práticas sustentáveis adotadas pelos parceiros locais, estimulando a adoção de boas práticas ambientais.

8.1. O selo deve representar a APA Lago do Amapá e sua proposta de turismo sustentável, para ser utilizado nos materiais promocionais e produtos turísticos.

Artigo 9º - O selo deverá reconhecer os produtos locais, tais como os artesanatos produzidos pelos moradores da região, valorizando a cultura local e garantindo a autenticidade dos produtos.

Artigo 10º - Esta minuta de portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.7 EDITAL DE CHAMAMENTO/ORIENTAÇÕES GERAIS PARA INTERESSADOS EM ATUAR COMO "AMIGOS DA APA LAGO DO AMAPÁ "

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA) torna público o presente edital/orientações de chamamento de interessados em atuar como “Amigos da APA Lago do Amapá”.

O objetivo deste chamamento é promover parcerias com pessoas e empresas que atuam em diversos setores e que estejam comprometidos com a conservação e valorização da APA, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

DOS OBJETIVOS

1.1. Estabelecer parcerias com pessoas e empresas que atuam em diversos setores da APA Lago do Amapá, visando a valorização do patrimônio natural e cultural da Unidade de Conservação.

DOS REQUISITOS

2.1. Ser representantes de iniciativas estabelecidas na região ou nas proximidades da APA Lago do Amapá.
2.2. Demonstrar interesse e compromisso com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
2.3. Apresentar propostas ou ações que possam contribuir para a valorização e proteção da APA.

DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas no período de [PERÍODO DE INSCRIÇÃO], das [HORÁRIO DE INÍCIO] às [HORÁRIO DE ENCERRAMENTO]. Ou em fluxo contínuo.

3.2. Os interessados deverão preencher o formulário de inscrição disponível no endereço [ENDEREÇO PARA INSCRIÇÃO] e apresentar as propostas ou ações que pretendem desenvolver como "Amigos da APA Lago do Amapá".

DAS PROPOSTAS OU AÇÕES

4.1. As propostas ou ações deverão estar alinhadas aos princípios do desenvolvimento

sustentável e da conservação da natureza.

4.2. Podem ser propostas ações de responsabilidade ambiental, práticas sustentáveis, incentivo ao turismo sustentável, valorização da cultura local, entre outras iniciativas que contribuam para a preservação da APA. Estão incluídas as iniciativas quem visam adquirir e/ou divulgar produtos confeccionados por moradores da APA e seu entorno.

DA SELEÇÃO

5.1. A seleção será realizada por uma comissão designada pela SEMA, que avaliará as propostas ou ações apresentadas pelos candidatos e sua viabilidade de implementação.

5.2. A seleção dos candidatos será baseada em critérios como relevância das propostas ou ações, potencial de impacto positivo na conservação da APA e comprometimento demonstrado pelos empreendedores e comerciantes.

DO RESULTADO

6.1. O resultado da seleção será divulgado no dia [DATA DE DIVULGAÇÃO] no site [SITE DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL] e nos murais da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade.

6.2. Os selecionados serão contatados para a formalização da parceria e a elaboração de um plano de ação conjunto.

DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Os “Amigos da APA Lago do Amapá” terão seus empreendimentos ou comércios divulgados como parceiros da Unidade de Conservação, podendo utilizar a identificação/selo em seus estabelecimentos.

7.2. Os selecionados deverão cumprir com as propostas ou ações apresentadas e seguir as diretrizes estabelecidas pela SEMA para a parceria.

7.3. O presente edital poderá ser revogado ou alterado a qualquer momento, a critério da SEMA, mediante aviso prévio aos interessados.

Rio Branco, [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura da autoridade responsável]

6.9 MINUTA DE PORTARIA DE REGULAMENTAÇÃO PARA USO DAS PRAIAS E RIOS NA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a APA Lago do Amapá é um dos importantes atrativos turísticos do município de Rio Branco;

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovada em 2023;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores

interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar o uso das praias e rios da Área de Proteção Ambiental (APA) Lago do Amapá, visando a conservação ambiental, a segurança dos visitantes e a valorização dos recursos naturais, fica estabelecida a seguinte regulamentação:

Artigo 1º - Credenciamento de empreendedores nas praias

1.1. Os empreendedores que desejem operar nas praias da APA Lago do Amapá deverão ser cadastrados através de edital de credenciamento, o qual estabelecerá critérios para seleção e requisitos de operação.

Artigo 2º - Lixeiras, coleta e placas de conscientização

2.1. Será estimulada a instalação de lixeiras estrategicamente distribuídas nas praias e áreas próximas aos rios, e a realização regular da coleta de resíduos sólidos.

2.2. Deverão ser instaladas placas de conscientização sobre a importância da conservação da APA, a necessidade de não poluir os rios e praias, e a importância da coleta seletiva de lixo.

Artigo 3º - Taxa de acesso para área privada

3.1. Quando o acesso às praias e rios for realizado por áreas privadas, poderá ser recolhida uma taxa de acesso que deverá ser informada previamente aos visitantes.

Artigo 4º - Mapeamento de áreas sensíveis no Rio Acre

4.1. Será realizado um mapeamento das áreas sensíveis ao longo do Rio Acre, a fim de identificar os locais de maior importância para a conservação da fauna e flora aquáticas.

4.2. Nas áreas sensíveis deverá ser estabelecida uma velocidade máxima que garanta a segurança dos visitantes e da fauna aquática. A velocidade máxima sugerida é de 5 a 10 nós (9,3 a 18,5 km/h).

Artigo 6º - Sinalização

6.1. Será realizada a sinalização adequada nas praias e áreas sensíveis, indicando as regras de uso, as áreas de descanso, os pontos de visitação oficialmente estabelecidos e outras informações relevantes para os visitantes.

Artigo 7º - Fossas biodigestora na APA Lago do Amapá

7.1. Será incentivada a implantação de fossas biodigestora nas áreas de visitação, de forma a garantir o tratamento adequado dos resíduos sanitários e evitar a contaminação dos recursos hídricos.

Artigo 7º - Proibição de novas dragas e fiscalização nas existências

7.1. Fica proibida a instalação de novas dragas nas áreas de rios e praias da APA Lago do Amapá.

7.2. Será intensificada a fiscalização das dragas existentes para evitar o assoreamento do Rio Acre.

Artigo 8º - Tratamento do esgoto no Rio Acre

8.1. Será estimulado o tratamento adequado do esgoto de forma a evitar a contaminação da água.

Artigo 9º - Manutenção e reflorestamento da mata ciliar do Rio Acre e Lago do Amapá

9.1. Será realizada a manutenção e o reflorestamento da mata ciliar do Rio Acre e do Lago do Amapá, visando a preservação do ecossistema e a melhoria da qualidade da água.

Artigo 11º - Envolvimento dos moradores por meio da Associação

11.1. A associação de moradores da região será estimulada a se envolver na preservação e regulamentação do uso das praias e rios, buscando a participação ativa da comunidade local.

Artigo 12º - Obrigatoriedade de coletes nos condutores/barqueiros e turistas

12.1. Todos os condutores de embarcações, barqueiros e turistas deverão utilizar coletes salva-vidas durante o passeio para garantir a segurança dos visitantes.

Artigo 13º - Salva Vida em eventos e finais de semana

13.1. É sugerida a presença de um salva-vidas em eventos e finais de semana nas áreas de visitação, para garantir a segurança dos visitantes.

Artigo 14º - Contenção de processos erosivos

14.1. Será realizado estudo de alternativas para contenção de processos erosivos que estejam impactando as águas do Lago do Amapá.

Artigo 15º - Revitalização dos Igarapés

15.1. Serão estruturados projetos e ações para a revitalização dos igarapés da APA Lago do Amapá, visando preservar essas importantes fontes de água e torná-los atrativos para atividades de visitação.

Artigo 16º - Vigência

16.1. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, XX de XXXXX de XXXX.

[Assinatura da autoridade responsável]

6.10 MINUTA DE PORTARIA DE REGULAMENTAÇÃO DE VELOCIDADE DE BARCOS NAS ÁREAS SENSÍVEIS DA APA LAGO DO AMAPÁ

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Acre (SEMA), no uso de suas atribuições legais tendo em vista a Lei Complementar nº 419, de 15 de dezembro de 2022, Art. 38, que atribuiu à SEMA a competência de elaborar, coordenar e supervisionar a execução de políticas públicas referentes às Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

CONSIDERANDO que o SNUC possibilita o desenvolvimento de atividades de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico em Áreas de Proteção Ambiental;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005 que criou a APA Lago do Amapá define como seus objetivos o fomento da educação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a conservação dos valores ambientais, culturais e históricos associada à proteção dos atributos naturais, a diversidade biológica, os recursos hídricos e o patrimônio espeleológico e paleontológico, assegurando o caráter sustentável da ação antrópica na região, com particular ênfase na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades residentes e entorno;

CONSIDERANDO que a APA Lago do Amapá é um dos importantes atrativos turísticos do município de Rio Branco;

CONSIDERANDO que a UC teve seu Plano de Manejo – Fase 2 aprovada em 2023;

CONSIDERANDO que em 2023 foi aprovado o Plano de Uso Público da APA Lago do Amapá, no qual foram identificados os atrativos, atividades e tipos de experiência possíveis na UC;

CONSIDERANDO os resultados das oficinas e reuniões públicas com os atores

interessados no uso público da UC, incluindo operadores, guias e moradores locais;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a fauna aquática e o ecossistema sensível presente na APA Lago do Amapá, bem como garantir a segurança das atividades de turismo náutico realizadas na região, fica estabelecida a seguinte regulamentação:

Artigo 1º - Regulamentação de velocidade de embarcações

1.1. Fica estabelecida a regulamentação da velocidade de embarcações, incluindo jet-skis, na área sensível do trecho do Rio Acre que adentra a APA Lago do Amapá.

Artigo 2º - Áreas de restrição de velocidade

2.1. As áreas de maior sensibilidade ambiental e presença de fauna aquática, incluindo a região conhecida como "encontro dos rios", são designadas como Áreas de Restrição de Velocidade.

Artigo 3º - Limites de velocidade

3.1. Nas Áreas de Restrição de Velocidade, a velocidade máxima permitida para as embarcações será de 5 a 10 nós (9,3 a 18,5 km/h).

Artigo 4º - Medidas de segurança

4.1. Os proprietários de embarcações e jet-skis são obrigados a respeitar as medidas de segurança e boas práticas de navegação estabelecidas pelos órgãos competentes.

4.2. É proibida a realização de manobras bruscas e rápidas que possam colocar em risco a fauna aquática e a segurança dos praticantes de turismo náutico.

Artigo 5º - Fiscalização e penalidades

5.1. A fiscalização do cumprimento desta regulamentação será realizada pelos órgãos

competentes da APA Lago do Amapá.

5.2. O descumprimento das medidas estabelecidas nesta Portaria acarretará penalidades previstas na legislação vigente.

Artigo 6º - Sensibilização e educação ambiental

6.1. Serão promovidas ações de sensibilização e educação ambiental junto aos proprietários de embarcações e jet-skis, destacando a importância da preservação da fauna e do ecossistema aquático.

Artigo 7º - Divulgação e informação

7.1. As informações sobre as restrições de velocidade e áreas sensíveis serão divulgadas nos pontos de acesso à APA Lago do Amapá, por meio de placas informativas e material de divulgação.

Artigo 8º - Vigência

8.1. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, XX de XXXXX de XXXX.

[Assinatura da autoridade responsável]

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE. *Decreto nº 13.531, de 26 de dezembro de 2005.* . Brasil: [s.n.] , 2005
- ACRE. *PLANO DE MANEJO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO APA LAGO DO AMAPÁ- REVISADO E ATUALIZADO (no prelo).* . Rio Branco: [s.n.], 2022.
- GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo.* . Rio Branco: [s.n.], abr. 2015. Disponível em: <<http://produceprotectplatform.com/img/acre/photos/tourism/P06>> - Plano Desenvolvimento -Turismo Sustentável Acre2015-2020.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE. *Plano de Gestão Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá Fase 1.* . Rio Branco: [s.n.], jun. 2010. Disponível em: <http://SEMA.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/DOC_FINAL_FASE-1_APALAGO_AMAPÁ.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2023.



SEMA

SECRETARIA DE ESTADO
DO MEIO AMBIENTE



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

